



Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento
Secretaria Adjunta do Tesouro e Contabilidade
Superintendência de Assuntos Fiscais



Relatório de Transparência Fiscal do Maranhão

5º bimestre de 2021



Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento – SEPLAN-MA

Relatório Bimestral de Transparências Fiscal do Maranhão: Ano 2022. v. 10 nº.1. – São Luís – Maranhão: SEPLAN-MA. 2022

ISSN 2675-7680

25

DOI ISSUE/Vol. [10.47592/RTFMA5B20215](https://doi.org/10.47592/RTFMA5B20215)

DOI. Texto. [10.47592/5bi202211](https://doi.org/10.47592/5bi202211)

ANUAL

1. Economia do Setor Público. 2. Finanças Públicas. 3. Planejamento e Orçamento.
4. Maranhão.

I. SEPLAN-MA,2022. II. Título

CDU: 336.1:352 (812.1)

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO

Flávio Dino

Governador do Estado do Maranhão

Carlos Brandão

Vice-Governador do Estado do Maranhão

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO – SEPLAN

Cynthia Mota Lima

Secretária de Estado de Planejamento e Orçamento

Caroline Sousa de Jesus

Subsecretária de Planejamento e Orçamento do Estado do Maranhão

SECRETARIA ADJUNTA DO TESOURO E CONTABILIDADE – SATEC

Marcello Apolônio Duailibe Barros

Secretário Adjunto do Tesouro e Contabilidade

SUPERINTENDÊNCIA DE ASSUNTOS FISCAIS – SAFi

João Carlos Souza Marques

Superintendente de Assuntos Fiscais

COORDENAÇÃO:

Marcello Apolônio Duailibe Barros

João Carlos Souza Marques

ANALISTAS ECONÔMICOS:

Eduardo Henrique Santos Pereira

Gianna Beatriz Cantanhede Rocha de Lima

João Carlos Souza Marques

Marcello Apolônio Duailibe Barros

Marcelo de Sousa Santos

TÉCNICOS E ASSISTENTES:

Gustavo Moreno Alves Ribeiro

Roseane Santos Silva

APOIO TÉCNICO:

Jacksson dos Santos Pereira

REVISÃO:

Gianna Beatriz Cantanhede Rocha de Lima

EDITORAÇÃO, DESIGN e DIAGRAMAÇÃO:

João Carlos Souza Marques

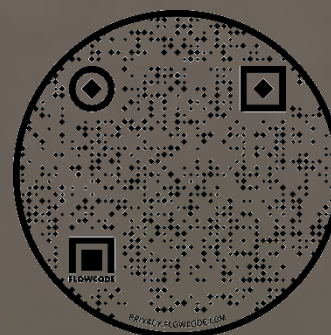
CONTRIBUIÇÕES E AGRADECIMENTOS

Fotografia Capa

José Costa Miranda Júnior ([@fozzie_slz](https://www.instagram.com/fozzie_slz))

APOIO INSTITUCIONAL

Conselho Regional de Economia da 15ª Região – CORECON-MA



O RELATÓRIO BIMESTRAL DE TRANSPARÊNCIA FISCAL DO MARANHÃO

Este Relatório de Transparência Fiscal (RTF) é um dos produtos da Secretaria Adjunta do Tesouro e Contabilidade (SATEC) desta Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento (SEPLAN), elaborado pela Superintendência de Assuntos Fiscais (SAFi) com a colaboração da Superintendência do Tesouro, da Contadoria e da Dívida, objetivando atender as exigências legais da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e ampliar a transparência das finanças públicas no que tange aos principais indicadores fiscais do Estado do Maranhão.

O RTF é subdividido em dois cenários: Macroeconômico e Finanças Públicas. O Cenário Macroeconômico traduz alguns dos principais indicadores que impactam a economia maranhense através de análise do Cenário Internacional e Nacional, com o propósito de trazer ao leitor não somente a visão dos analistas da SAFi, como, também, aproximá-lo da realidade dos impactos exógenos nas contas públicas nacionais e na atividade econômica maranhense.

O Cenário das Finanças Públicas é o grande objetivo do RTF. Ou seja, proporcionar maior transparência para as contas públicas do Maranhão explanando as nuances econômicas apresentadas no Cenário Macroeconômico, os impactos legislativos e de políticas públicas internas e externas que afetam os resultados e expectativas orçamentárias e financeiras. O Cenário das Finanças Públicas resume brevemente o setor público Nacional e dá enfoque nos resultados do Estado. Do lado das Receitas estaduais, o RTF apresenta comparações entre o bimestre de referência e o acumulado até o período do ano corrente com o ano anterior e com a Lei Orçamentária Anual, verificando as frustrações ou excessos. Pelo lado das Despesas, realiza-se a comparação entre os valores empenhados do ano corrente com o ano anterior, demonstrando os gastos por poderes e as principais despesas do Estado.

Nesse sentido, além dos aspectos gerenciais mencionados, o RTF proporciona análise visando o atendimento de dispositivos legais, a exemplo da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (art. 9º) e da Instrução Normativa referente à prestação anual de contas do Tribunal de Contas – TCE (IN nº 26).

Boa leitura!



SUMÁRIO

1. SUMÁRIO EXECUTIVO/CARTA AO LEITOR.....	6
2. CENÁRIO MACROECONÔMICO	7
2.1. Cenário Nacional e Internacional.....	7
2.2. Cenário Estadual	10
3. CENÁRIO DAS FINANÇAS PÚBLICAS.....	12
3.1. Resultado Primário do Governo Central.....	12
3.2. Resultado Primário do Setor Público Consolidado.....	14
3.3. Finanças Públicas Maranhenses.....	15
a. Receitas.....	15
i. Receitas de Transferências.....	15
ii. Receitas Tributárias	16
iii. Paineis Receitas Realizadas x Orçado em LOA 2020	17
b. Despesas	18
4. TÓPICOS EXTRAS.....	20
Gestão Fiscal: Resultados do Programa de Ajuste Fiscal (PAF) e da Capacidade de Pagamento (CAPAG) do Maranhão (ano-base 2020)	20
Programa de Ajuste Fiscal (PAF) do exercício de 2021	20
4.1. Repasses de Cota-Parte de ICMS, IPVA e FPEX aos municípios	22



1. SUMÁRIO EXECUTIVO/CARTA AO LEITOR

Recuperação Volátil e Perigosa

O Relatório de Transparência Fiscal (RTF) do 5º bimestre de 2021 apresenta os resultados fiscais do Estado do Maranhão comparando com relação ao ano anterior e ao orçado na Lei Orçamentária Anual – LOA e traz reflexões diante das incertezas e dos efeitos do panorama macroeconômico presente pensando na perspectiva fiscal e socioeconômica do Estado do Maranhão e seus possíveis impactos na gestão financeira.

No certame macroeconômico internacional observa-se recuperação da atividade econômica global ao longo de 2021 com perspectivas positivas para 2022 num cenário que sinaliza um pós-pandemia otimista, as principais economias globais com sinais fortes de crescimento do PIB e índice de comércio internacional em recuperação. Muito embora, os preços internacionais das *commodities* continuem surfando em um patamar perigoso, com baixo estoque do petróleo e elevação dos custos de produção, destacadamente de energia, diante de uma demanda crescente e já acima dos patamares pré-pandemia.

Nesse escopo o cenário internacional gera pressões substanciais nos mercados emergentes que dependem de produtos importados, tanto pelo viés do câmbio, via agravantes do nível de incerteza do pós-pandemia, como através dos preços dos insumos: combustíveis e lubrificantes e fertilizantes; bens de capital e duráveis e de serviços. No Brasil, o panorama não é diferente, e má condução da política macroeconômica vem acelerando as pressões internacionais, ampliando o risco de *default*, mantendo elevada taxa de câmbio e elevando os juros nacionais – desenhando um panorama de redução do crescimento econômico potencial e de oneração futura para as contas públicas nacionais.

Na perspectiva Estadual, os impactos macroeconômicos trazem inflação e consequente redução da renda do maranhense e as taxas de juros dificultam o investimento. A dependência do setor público dentro do Estado parece ser um aspecto positivo diante das baixas no mercado privado, reduzindo o impacto da pandemia, muito embora, isso faça com que a retomada da atividade e do nível de emprego aos patamares pré-pandemia sejam mais restritos.

Em termos fiscais, há crescimento das receitas no país, impulsionado pelos tributos associados à importação e ao próprio processo inflacionário. Como consequência os repasses de Transferências Correntes aos Estados cresceram substancialmente, bem como os a arrecadação estadual de ICMS. Este último, principal tributo do Maranhão, surfou não somente na onda da maior taxa de câmbio, como também, da valorização dos preços internacionais das *commodities*.

Quando em comparação com a LOA 2021, as receitas realizadas no ano corrente vêm apresentando excesso de arrecadação substancial, sobretudo, em detrimento do crescimento do FPE e ICMS, que foram proporcionados por fenômenos exógenos não esperados na época de elaboração do Orçamento que considera informações até junho de 2020.

Contudo, apesar do crescimento das receitas e o excesso de arrecadação em relação ao orçamento de 2021, isso não implica que o Maranhão está com seus recursos sobrando. Os investimentos necessários ao combate da COVID-19 continuam elevados, bem como, os custos operacionais decorrentes da ampliação da rede de atendimento da saúde pública. Ademais, há uma forte retomada das atividades paralisadas pela pandemia que voltam a tona à medida que o distanciamento social é amenizado pelo processo de vacinação, como por exemplo, os investimentos em infraestrutura e as obras públicas que estavam pendentes. Não obstante, o câmbio também penalizou pelo lado da dívida do Governo do Estado, mantendo extremamente oneroso o contrato de operação de crédito existente com o Bank of America.

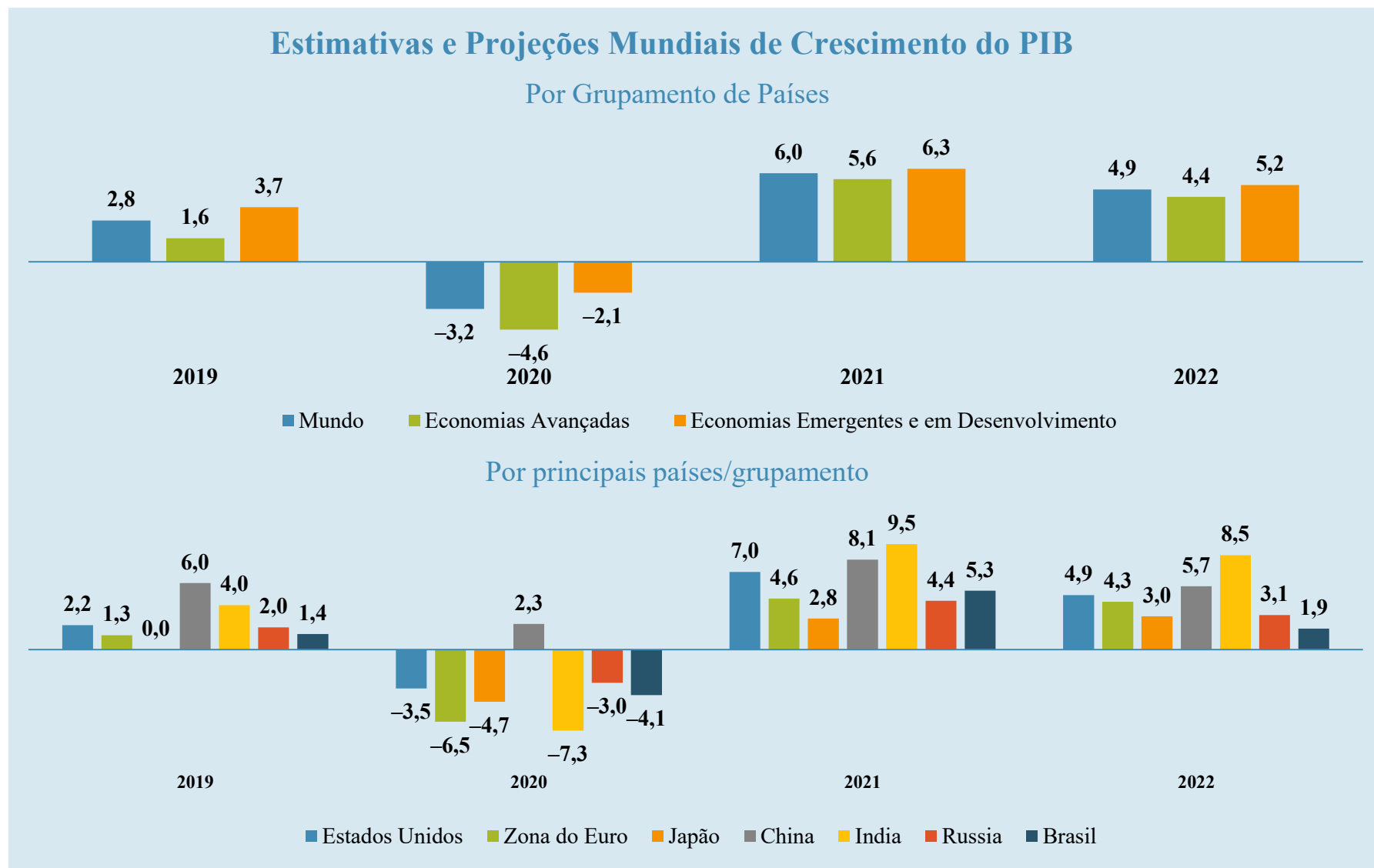
Diante desse panorama que será apresentado neste Relatório Bimestral de Transparência Fiscal do Maranhão, deve-se ficar atento que o crescimento das receitas produziu um colchão substancial para execução das políticas públicas em 2021, contudo, os fundamentos desse crescimento estão pautados em variáveis exógenas à gestão pública e fiscal do Maranhão: Inflação, câmbio e preço internacional das *commodities*. Não obstante, as despesas continuam crescentes e deverão ter uma ampliação com o operacional da rede hospitalar e de outras obras que serão concluídas no território Estadual. Desta forma cabe ficar alerta às flutuações internacionais e suas decorrentes pressões que podem originar da estabilização dos preços internacionais e das taxas de câmbio e seus impactos nas receitas diante de um crescimento das despesas públicas.

Boa leitura!

João Carlos Souza Marques



2. CENÁRIO MACROECONÔMICO



2.1. Cenário Nacional e Internacional

Os sinais de recuperação da atividade mundial vêm sendo detectados ao redor do globo com mudanças positivas nas expectativas de crescimento para 2021, que se espera que seja em torno de 6%. Contudo tal crescimento continuará desigual devido aos inúmeros impactos que a COVID-19 exerceu sob os países; as políticas tomadas para combate da pandemia, suas capacidades de execução de políticas anticíclicas, e, sobretudo, a situação da conjuntura econômica, social e política que enfrentam. Os países avançados, na média, devem crescer menos que os países emergentes numa relação de 5,6% e 6,3% respectivamente em 2021. Enquanto os emergentes serão puxados por China (+8,1%) e Índia (+9,5%), nos avançados Estados Unidos (+7%) e países da Zona do Euro (+4,6%) deverão ser os principais vetores.

O lançamento de inúmeros pacotes de auxílios para o combate à pandemia visando o enfrentamento da crise econômica e de investimentos em infraestrutura lançados ao redor do globo, a exemplo do Coronavírus Aid, Relief, and Economic Security (CARES) dos EUA com US\$ 4,7 trilhões de orçamento (previsão de US\$ 3,6 trilhões para 2021) e do Plano de Recuperação para a Europa com € 806 bilhões programados para 2021 e € 2,02 trilhões de orçamento, deverão exercer impactos inflacionários na economia global nos próximos anos e também afetar o fluxo de capitais, o mercado monetário e o nível de investimentos ao redor do globo.

No que se refere ao mercado de *commodities*, a balança comercial brasileira se mostra favorecida pelo maior número de exportações, mantendo a balança comercial superavitária, muito embora o saldo positivo esteja apresentando arrefecimento em função da dinâmica de variação do volume e dos preços das exportações e importações, o que levou a uma queda na margem

dos termos de troca. As *commodities* seguem representando a maior fatia do total das exportações brasileiras, sendo da ordem de 70% no mês de outubro, cujos destaques são a soja, o petróleo e o minério de ferro que representam, juntas, 43,8% das exportações brasileiras no período em questão.

Na análise do cenário brasileiro de um modo geral, as perspectivas permanecem pouco animadoras. Embora a liberação da atividade econômica promova o reaquecimento da economia, ela também possui impacto na inflação que é pressionada principalmente pelos custos crescentes dos preços da energia elétrica e dos combustíveis, estes últimos, fortemente influenciados pelas variações cambiais, que no Brasil encontram-se em faixa de depreciação, sendo esta, pouco atenuada pela política de elevação de taxa de juros praticada pelo Banco Central. O desemprego registrou uma tímida redução, muito em função do aumento da taxa de participação na força de trabalho que teve maior impacto do que o aumento da taxa de ocupados. Contudo, o sutil crescimento nos números de emprego não foi o bastante para mitigar a desaceleração da indústria de transformação ocasionada pela escassez de insumos para a indústria. Destaque também para a contratação do setor de serviços, que vem se apresentando como um importante vetor do crescimento econômico, contudo o aumento dos custos e a redução das restrições ao funcionamento dos estabelecimentos, tornam o setor particularmente sensível à inflação.

O momento demanda cautela, prudência e objetividade na elaboração e aplicação de Políticas Públicas, visando sempre a eficiência na gestão do gasto público, o controle inflacionário e a estabilização do câmbio de modo a mitigar incertezas, o que alavanca investimentos públicos e privados.



PAINEL 1. INDICADORES DE PREÇOS E COTAÇÃO DAS PRINCIPAIS COMMODITIES PARA O BRASIL E MARANHÃO DE OUT/2011 ATÉ OUT/2021

Petróleo Brent (média) (US\$)



Soja em Grãos (US\$)



Alumínio (US\$)



Minério de Ferro (US\$/dmu)



Índice de Laspeyeres para commodities Energéticas (US\$)



Índice de Laspeyeres para commodities Não-Energéticas (US\$)



Fonte: Banco Mundial – nov/2021



GOVERNO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SECRETARIA ADJUNTA DO TESOUREIRO E CONTABILIDADE

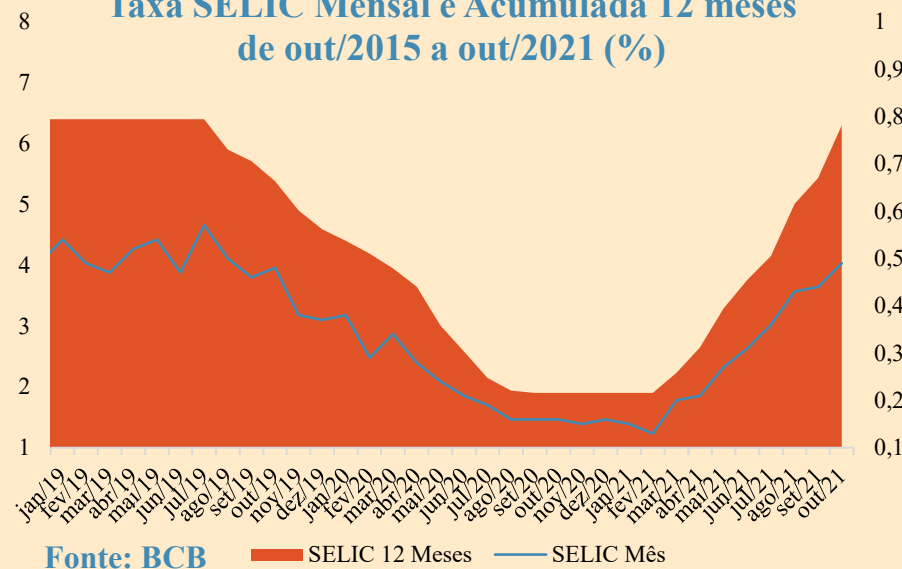
PAINEL 2. INDICADORES MACROECONÔMICOS NACIONAIS

IPCA Acumulado 12 meses de out/2015 até out/2021 (%)



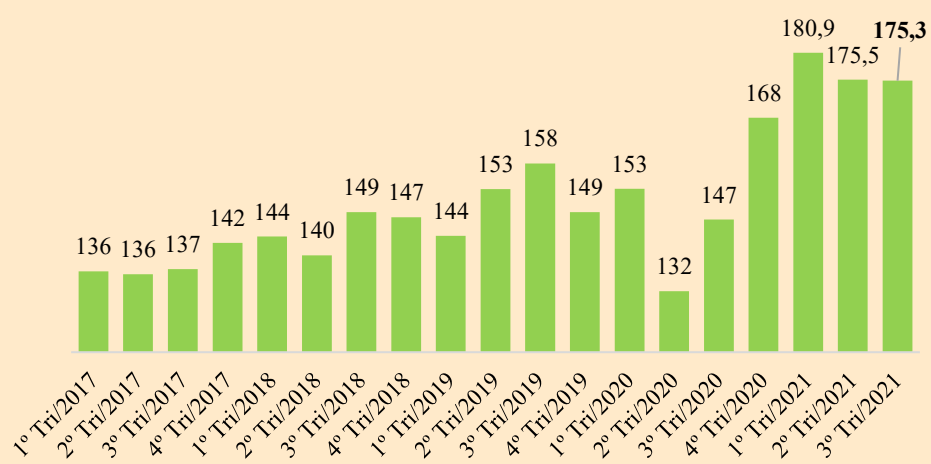
Fonte: BCB

Taxa SELIC Mensal e Acumulada 12 meses de out/2015 a out/2021 (%)



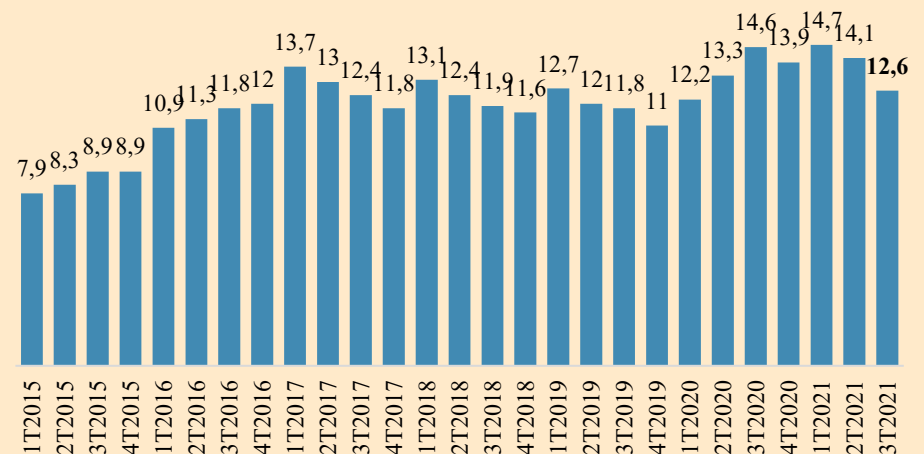
Fonte: BCB

Formação Bruta de Capital Fixo, do 1º tri de 2017 até o 3º tri de 2021 (Dessazonalizado) - Índice 2010 = 100



Fonte: IBGE

Taxa de Desocupação (%), do 1º tri de 2015 até o 3º tri de 2021



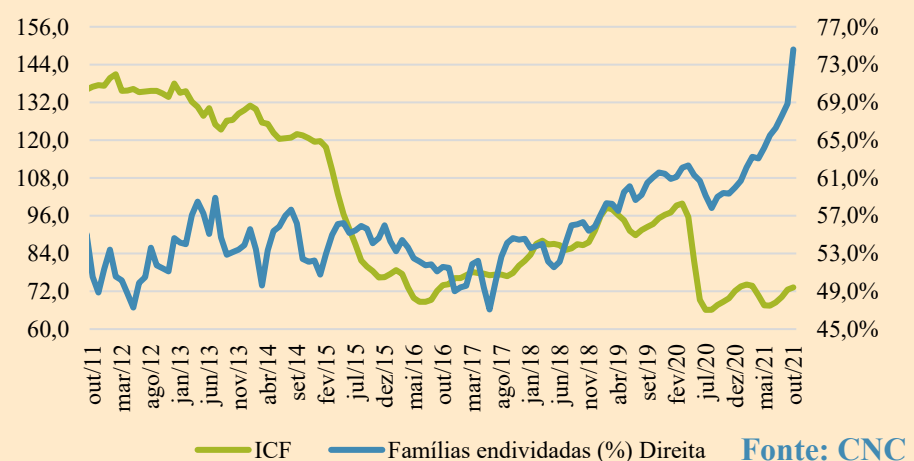
Fonte: IBGE

Taxa de Câmbio Livre - Dólar Americano Diário - u.m.c./US\$ (venda)



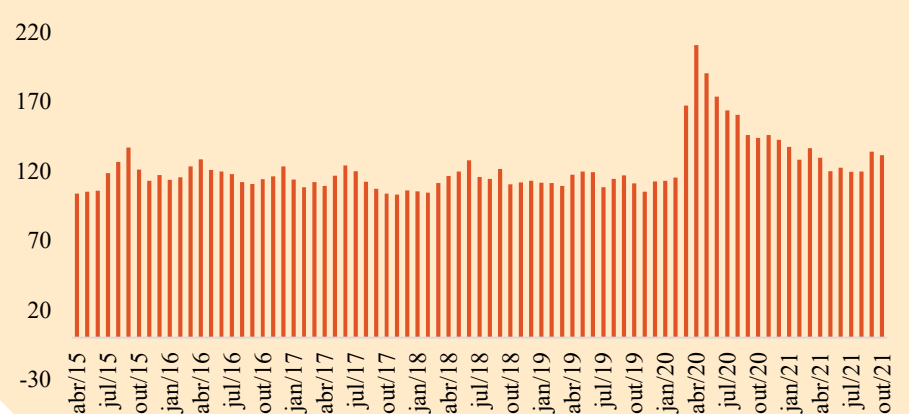
Fonte: BCB

Índice de Consumo das Famílias e % de famílias endividadas de out/11 até out/21



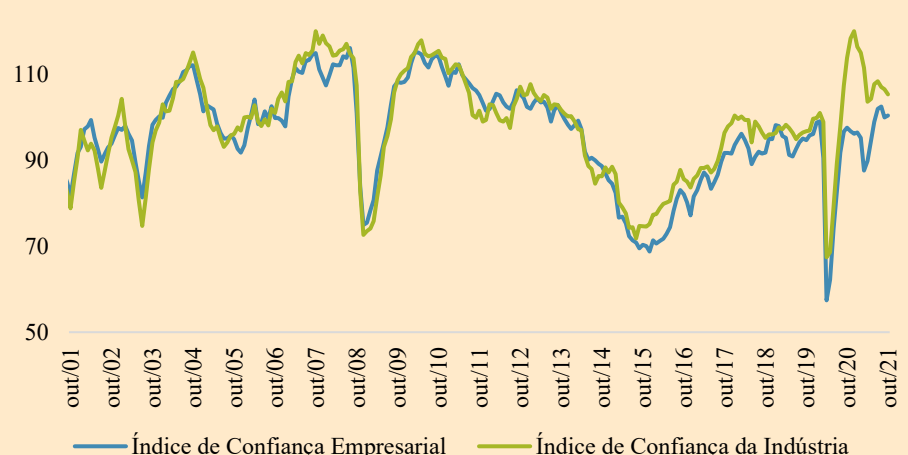
Fonte: CNC

Índice de Incerteza da Economia de abr/15 até out/21



Fonte: FGV

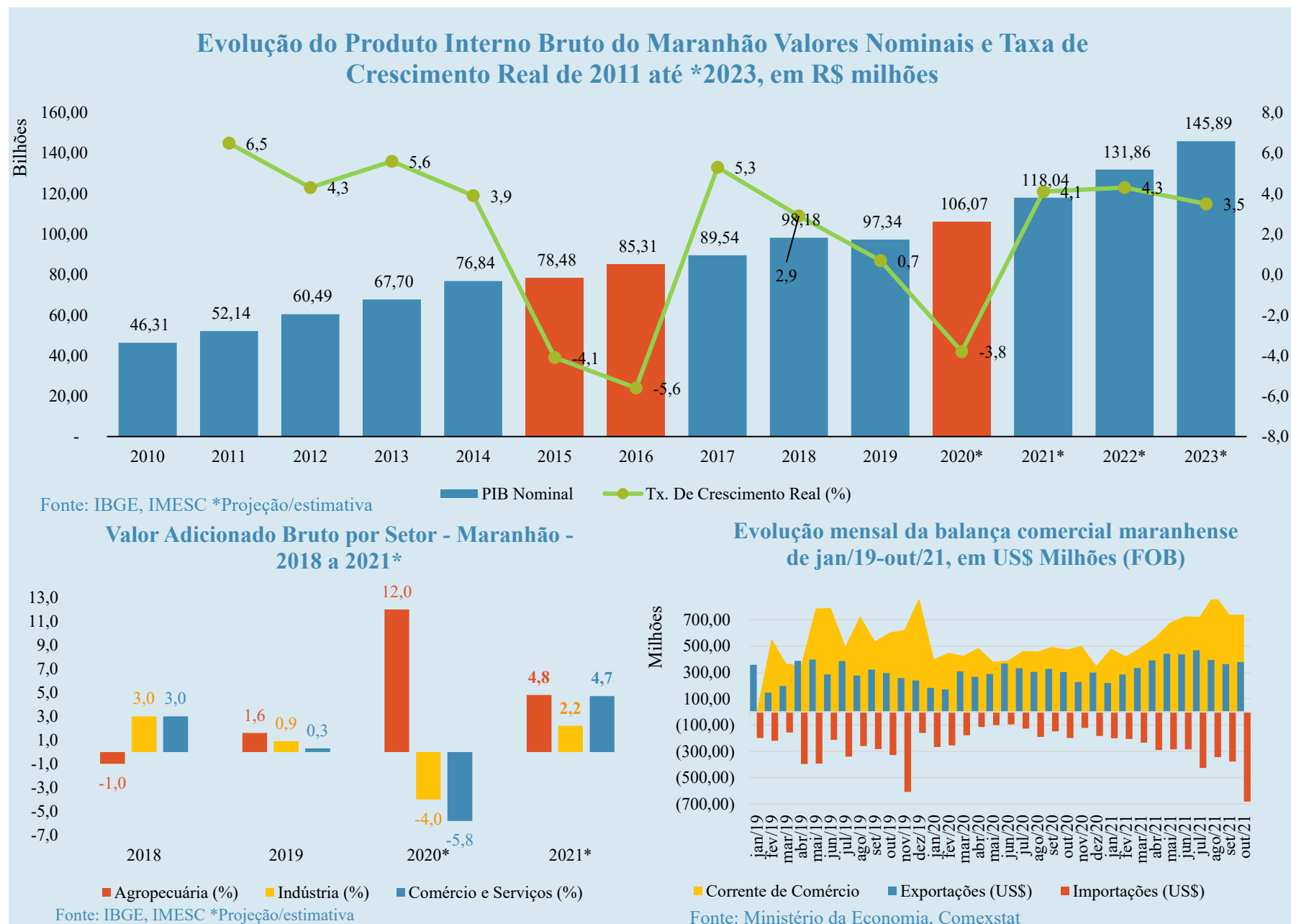
Índices de Confiança do Empresário e da Indústria de out/01 até out/21



Fonte: FGV



2.2. Cenário Estadual



Em relação à economia maranhense, mais uma vez a balança comercial do Estado é favorecida no comércio exterior de *commodities*, resultado amparado na bonança dos preços internacionais do complexo da soja, do minério de ferro, do petróleo e da carne bovina, o que fomenta o crescimento do PIB e, consequentemente, contribui para tornar o Estado mais atraente ao investimento.

Embora o elevado valor dos combustíveis atue como vetor de incremento de custos tanto para a população quanto para a produção via preço dos insumos, sendo o Maranhão um estado dotado de grande potencialidade importadora de combustíveis, é possível identificar, nesta conjuntura, benefícios para a região, sendo possível citar o preço mais baixo do insumo em relação ao resto do país, o que contribui para a melhora dos ganhos de competitividade e atenua os impactos para a população. Outro benefício possível de ser citado, é o crescimento na arrecadação do ICMS, de forma indireta, que deriva do aumento do valor importado resultante do efeito preço. Esses benefícios fazem com que o Estado possa manter os níveis de investimento em políticas públicas altos.

Não obstante, apesar da circunstância positiva no que se refere à arrecadação do Estado, o Maranhão continua a ser fortemente impactado pela aceleração inflacionária e pelos contínuos incrementos da taxa de juros praticado pelo BACEN. Essa conjuntura, uma vez que afeta o âmbito nacional, acaba por afetar também o âmbito estadual, reduzindo o nível de atividade, como se denota pela taxa de desocupação no terceiro trimestre, que foi de 15%, que, embora apresente uma redução em relação ao trimestre imediatamente anterior, ilustra a retomada das atividades no contexto macroeconômico mencionado, fazendo com que o

valor ainda seja considerado elevado, principalmente ao comparar com o mesmo período nos anos anteriores.

No que tange o setor agrícola da economia maranhense, o IBGE por meio do [Levantamento Sistemático da Produção Agrícola - LSPA](#), estima que a produção agrícola do Estado em 2021 apresente crescimento da ordem de 5,7%, com destaque para as produções de milho (5,4%) e de arroz (5,4%).

Referente ao terceiro setor, a [Nota Bimestral de Conjuntura Econômica sobre o Comércio Varejista de outubro](#), elaborada pelo IMESC, mostra crescimento do Comércio Varejista Ampliado de 6,3% e do restrito de 2,6% na comparação interanual 2020/2021 acumulado até outubro, demonstrando uma recuperação gradual em relação ao auge da pandemia, entretanto, o relatório destaca que ainda não houve recuperação em relação aos níveis pré-pandemia.

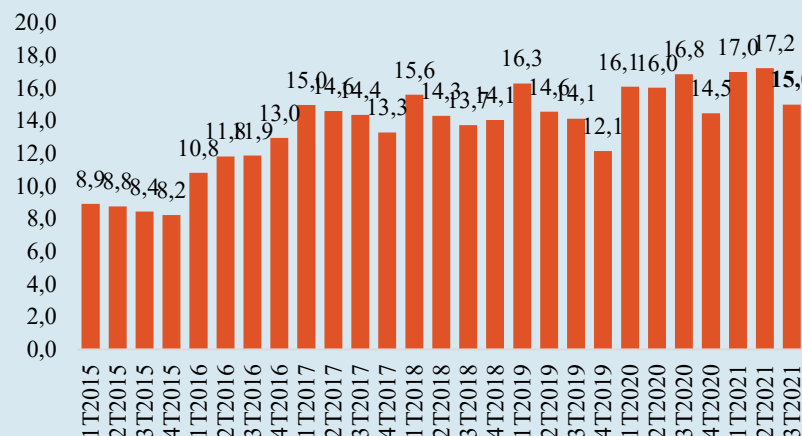
Essa conjuntura reforça a já notória resiliência do Estado em relação à pandemia quando comparado à situação federal, descortinando que o panorama para o Estado se encontra mais otimista que para o cenário nacional, pois apresenta uma quantidade menor de pontos vulneráveis em relação à arrecadação, investimento, indústria e emprego.

Contudo, é indispensável tomar nota de que, muito embora os empregos formais do Estado sofram menor impacto da crise, o Maranhão ainda possui o maior quantitativo proporcional de extremamente pobres e a menor renda per capita, fatores que solapam o crescimento econômico e perpetuam a desigualdade.



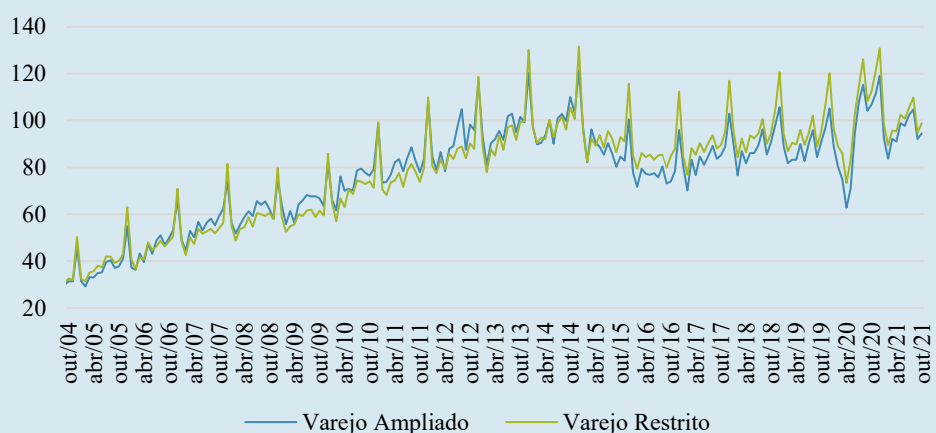
GOVERNO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SECRETARIA ADJUNTA DO TESOUREIRO E CONTABILIDADE

Taxa de Desocupação do Maranhão - trimestral (%)



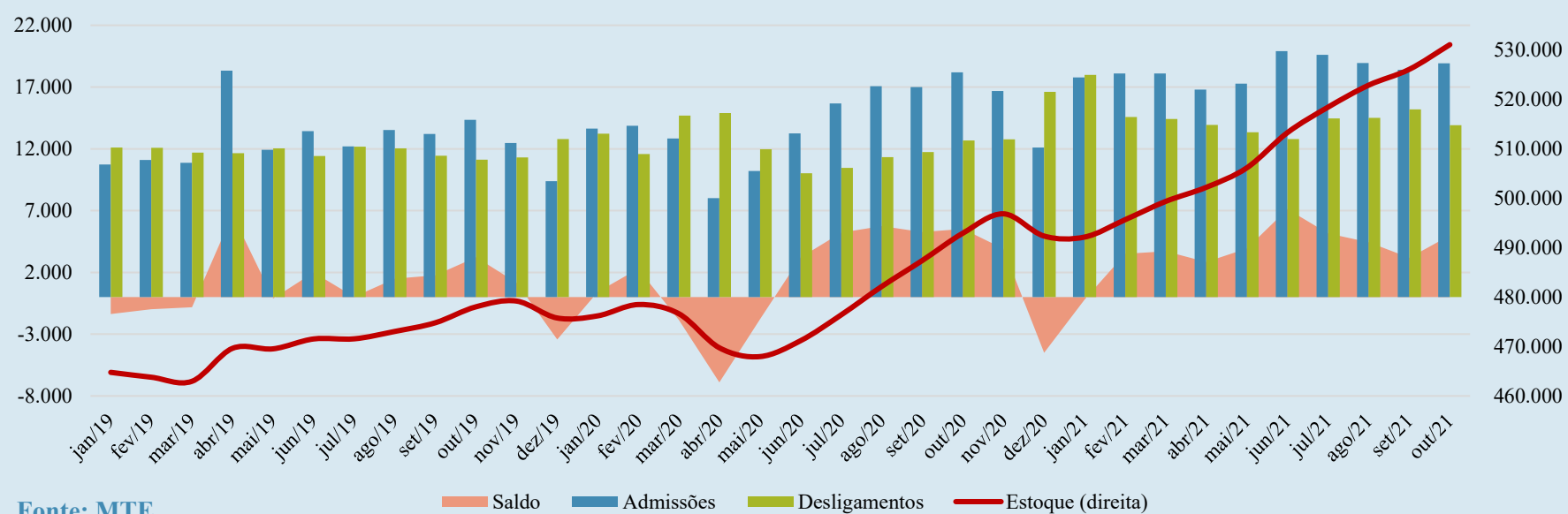
Fonte: IBGE

Evolução do Índice de Volume de Vendas do Comércio Varejista Restrito e Ampliado de out/2004 até out/2021



Fonte: IBGE

Evolução das Admissões, Desligamentos, Saldo e Estoque de Empregos no Maranhão de jan/2019 até out/2021



Fonte: MTE

Os riscos enfrentados em âmbito nacional possuem potencial de impacto nos entes subnacionais, a exemplo das reduções nos repasses dos recursos oriundos das Transferências do Fundo de Participação dos Estados – FPE e dos Municípios – FPM, de modo a frustrar as dotações orçadas nos instrumentos de planejamento do Estado.

Pelas próprias características de uma federação, os estados não dispõem de instrumental que possa afetar variáveis macroeconômicas como o câmbio, a inflação, e as taxas de juros, ficando, dessa forma, à mercê das decisões do governo federal e das consequências destas, sejam boas ou más. Isso significa que, medidas de escopo federal como os aumentos da taxa de juros poderão provocar uma retração no grau de investimento do estado, bem como o crédito e a demanda agregada. Soma-se isto à aceleração inflacionária que corrói o poder de compra da população, e o resultado é o de que, mesmo num cenário favorável na esfera estadual, essa recuperação pode ser comprometida em função do panorama nacional.

A pobreza aumentou no mundo em função da pandemia do COVID-19, em adição a isso, é sabido que a inflação possui maior impacto na renda da população mais pobre e a mitigação do grau de investimento leva a menor geração de emprego, o que enseja maior necessidade de intervenções do poder público no sentido de oferecer assistência à população.

Para 2022, a perspectiva é de uma tendência de aumento no gasto público, principalmente no tocante à despesa com pessoal, cuja execução de novas despesas encontram-se congeladas em razão da [LC nº 173/2020](#).



GOVERNO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SECRETARIA ADJUNTA DO TESOURO E CONTABILIDADE

3. CENÁRIO DAS FINANÇAS PÚBLICAS

3.1. Resultado Primário do Governo Central

DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E DESPESAS GOVERNO CENTRAL (em milhões)

Discriminação	Acumulado Jan-Out		5º Bim		Acumulado		5º Bim	
	2020	2021	2020	2021	Var. R\$	Var. %	Var. R\$	Var. %
1. Receita Total	1.166.515,31	1.553.004,56	275.569,20	334.609,77	386.489,25	33,13	59.040,57	21,4
1.1 - Receita Administrada pela RFB	722.611,41	979.534,34	168.143,21	211.231,40	256.922,93	35,55	43.088,19	25,6
1.2 - Incentivos Fiscais	-137,52	-85,87	-	-52,03	51,65	-37,56	-52,03	-
1.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	307.958,36	358.702,94	74.877,61	77.866,55	50.744,58	16,48	2.988,94	4,0
1.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	136.083,06	214.853,15	32.548,37	45.511,82	78.770,09	57,88	12.963,45	39,8
2. Transf. por repartição de receita	207.369,23	278.888,83	35.704,99	50.016,73	71.519,60	34,49	14.311,74	40,1
2.1 FPM / FPE / IPI-EE	159.301,07	216.952,10	26.539,12	37.761,77	57.651,03	36,19	11.222,65	42,3
2.2 Fundos Constitucionais	7.531,60	5.338,07	1.303,02	1.015,98	-2.193,53	-29,12	-287,04	-22,0
2.3 Transferência de Contribuição do Salário Educação	10.548,84	11.602,80	1.972,57	2.251,73	1.053,96	9,99	279,16	14,2
2.4 Transferências de Exploração de Recursos Naturais	27.917,12	42.853,84	4.601,97	7.454,26	14.936,72	53,50	2.852,29	62,0
2.5 CIDE - Combustíveis	690,05	443,97	177,27	170,11	-246,08	-35,66	-7,16	-4,01
2.6 Demais	1.380,56	1.698,05	1.111,03	1.362,88	317,49	23,00	251,85	22,7
3. Receita Líquida (1-2)	959.146,08	1.274.115,73	239.864,21	284.593,04	314.969,65	32,84	44.728,83	18,6
4. Despesa Total	1.640.011,14	1.327.519,55	319.427,10	255.839,31	-312.491,59	-19,05	-63.587,79	-19,9
4.1 Benefícios Previdenciários	560.335,63	600.122,27	101.741,57	108.857,20	39.786,64	7,10	7.115,63	7,0
4.2 Pessoal e Encargos Sociais	257.971,83	265.119,63	49.046,92	49.754,64	7.147,80	2,77	707,72	1,4
4.3 Outras Despesas Obrigatórias	638.292,77	266.684,31	130.339,62	52.650,45	-371.608,46	-58,22	-77.689,17	-59,6
4.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira	183.410,90	195.593,34	38.298,99	44.577,02	12.182,44	6,6	6.278,03	16,4
5. Resultado Governo Central - Acima da Linha (3 - 4)	-680.865,06	-53.403,82	-79.562,89	28.753,73	627.461,24	-92,2	108.316,62	136,1
6.1 Ajuste Metodológico Itaipu	930,54	-	-	-	-930,54	-100,0	-	-
6.2 Ajuste Metodológico Caixa - Competência	1.592,27	376,09	-547,97	-658,87	-1.216,18	-76,4	-110,90	20,2
7. Discrepância Estatística	-1.868,61	-310,98	1.753,26	1.655,82	1.557,63	-83,4	-97,44	-5,6
8. Resultado Governo Central - Abaixo da Linha (5 + 6 + 7)	-680.210,86	-53.338,71	-78.357,60	29.750,69	626.872,15	-92,2	108.108,29	138,0

Fonte: STN

No 5º bimestre de 2021, o Resultado Primário do Governo Central foi superavitário em R\$ 28,7 bilhões, registrando uma melhora notável em relação ao período análogo em 2020, que registrou déficit de R\$ 79,5 bilhões. A melhora da receita, impulsionada pela retomada do crescimento, explica este evento. A Receita Líquida cresceu R\$ 44,7 bilhões (+18,6%), enquanto a Despesa Total apresentou redução de -R\$ 63,5 bilhões (-19,9%) quando comparadas ao 5º bimestre de 2020.

O incremento nos números referentes à arrecadação obtida através da tributação sobre a renda corrobora a retomada da atividade econômica brasileira e do ritmo de crescimento em relação ao período de auge da pandemia no ano de 2020. Tal como no bimestre anterior, o Tesouro Nacional enfatiza o papel da recuperação do emprego no crescimento do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, que cresceu R\$ 8 bilhões (+24,8%) em comparação ao mesmo período no ano anterior e dentre os rendimentos que formam o IRRF, os rendimentos do trabalho foram os que assinalaram maior aumento, da ordem de R\$ 6,2 bilhões (+36,4%) em relação ao 5º bimestre de 2020. O [Indicador Antecedente de Emprego – IAEmp](#)¹ do mês de outubro de 2021, demonstra que esse índice voltou a subir, depois da queda em setembro, quando recuou 3,1 pontos, agora subiu 0,1 ponto. Segundo a FGV, o resultado em setembro não significa uma reversão da tendência de recuperação do emprego, e o crescimento em outubro denota isso, mas acende um alerta sobre a diminuição do ritmo desse crescimento e, apesar do alerta, a expectativa segue favorável.

O setor de serviços é a grande força motriz da recuperação dos níveis de emprego. No mês de setembro, os números do setor de serviços apresentaram queda, mas em outubro retomaram o crescimento, contribuindo assim para a melhora dos números no

indicador da FGV, considerando o alto grau de empregabilidade do terceiro setor.

No que se refere aos tributos sobre a lucratividade no 5º bimestre de 2021, a variação em relação ao mesmo período no ano anterior foi bastante expressiva, registrando uma diferença positiva de R\$ 20,6 bilhões (+53,8%), com relação ao Imposto de Renda em si, este teve uma elevação da ordem de R\$ 23,8 bilhões (+37,4%) no período considerado, com destaque para o Imposto de Renda sobre Pessoa Jurídica – IRPJ, que, dentro das subdivisões do Imposto de Renda, foi a que teve maior crescimento no 5º bimestre tanto em termos absolutos quanto relativos, sendo este de R\$ 13,9 bilhões (+58,5%) em relação ao período análogo no ano anterior. Atribui-se este crescimento no período ao recolhimento atípico de aproximadamente R\$ 7 bilhões por algumas empresas de diversos setores econômicos, isto é, recolhimento fora de época impulsionado por empresas que registraram lucros maiores que o previsto e precisaram pagar a diferença. Outras razões para o crescimento incluem acréscimos reais na arrecadação referente à estimativa mensal e ao lucro presumido.

Tal como no 4º bimestre, as transações financeiras assinalaram a maior variação percentual na arrecadação quando comparados o 5º bimestre de 2020 e 2021. Essa variação corresponde ao Imposto sobre Operações Financeiras – IOF, que registrou aumento de R\$ 7,3 bilhões (+396%). De acordo com o Tesouro Nacional, o aumento se justifica pela retomada da tributação sobre as operações de crédito cuja alíquota encontrava-se zerada entre 1º de setembro e 30 de outubro de 2020. O objetivo da medida consistia em baratear as linhas de crédito emergenciais concedidas durante a pandemia, mas voltou à normalidade a partir de janeiro de 2021, encarecendo o custo do empréstimo. Outro fator que explica o crescimento é o [Decreto nº 10.797/2021](#) que

¹ O IAEmp é construído como uma combinação de séries extraídas das Sondagens das Indústria, de Serviços e do Consumidor, tendo a capacidade de

antecipar os rumos do mercado de trabalho no país. O indicador é positivamente relacionado com o nível de emprego no país.



GOVERNO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SECRETARIA ADJUNTA DO TESOURO E CONTABILIDADE

elevou a alíquota do imposto incidente sobre as operações de crédito realizadas desde 21/09/2021.

A tributação sobre o faturamento experimentou um sutil crescimento no 5º bimestre de 2021 em relação ao mesmo período em 2020. O tímido crescimento de 1,6% sinaliza a continuidade da gradual retomada da arrecadação que atua como um termômetro da atividade econômica. No 5º bimestre de 2021, o Cofins teve aumento de R\$ 993 milhões (+2%) em relação ao mesmo período no ano anterior, aumento esse que é explicado fundamentalmente pelas variações reais no mês de setembro de 0,0% no volume de vendas (PMC-IBGE), e de 17,70% no volume de serviços em relação ao mesmo período no ano anterior. Houve também um favorável desempenho das importações no período. A prorrogação do prazo do pagamento do Cofins vencida em maio de 2020 para outubro do mesmo ano em razão da pandemia e o impacto negativo de aproximadamente R\$ 200 milhões na arrecadação do PIS/Cofins de outubro referente ao diferimento para empresas do setor elétrico constam como os principais fatores para o crescimento não ter sido maior.

No que tange a Arrecadação Líquida para o RGPS, houve elevação de R\$ 2,9 bilhões (+4%) no 5º bimestre em relação a igual período no ano anterior. O crescimento é explicado pelo pagamento em partes da parcela do diferimento do Simples Nacional relativa a maio de 2021, conforme resolução CGSN nº 158/2021. Também houve o pagamento do diferimento referente à contribuição previdenciária patronal e aos parcelamentos especiais. Além disso, os meses de agosto e setembro registraram saldos positivos de emprego de 372.265 e 313.902 respectivamente de acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged/MTE).

No que se refere ao grupo de Receitas não administradas pela RFB, a rubrica de Receitas de Exploração de Recursos Naturais assume a ponta na questão do desempenho arrecadatório, registrando crescimento de R\$ 10,4 bilhões (+90,3%) em relação ao 5º bimestre do ano anterior. Esse resultado é decorrente principalmente do efeito conjunto do preço internacional do petróleo, câmbio e produção e ao aumento de mais de 106% no

preço do barril do petróleo (brent) entre o 5º bimestre de 2020 e o 5º bimestre de 2021.

O FPM/FPE/IPI-EE teve um crescimento de R\$ 11,2 bilhões (+42,3%) no comparativo entre o 5º bimestre de 2020 e 2021 e é explicado pela elevação conjunta no período dos tributos compartilhados (IPI e IR), quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

No que se refere aos Benefícios Previdenciários, houve aumento de R\$ 7,1 bilhões (+7%) no 5º bimestre de 2021 em relação ao mesmo período em 2020, e isso se deve ao fato do IPCA acumular aumento de 10,67% entre o 5º bimestre de 2020 e 2021, acima do reajuste concedido aos benefícios previdenciários no mesmo período de comparação.

Dentro das Outras Despesas Obrigatórias, é possível observar que o pagamento do Abono e Seguro Desemprego teve na comparação entre o 5º bimestre de 2020 e 2021, uma redução de R\$ 2,8 bilhões (-34,1%), resultante dos impactos causados pela pandemia do Covid-19 sobre a economia e, em particular, sobre o nível de emprego, além disso, houve a postergação dos pagamentos de abono salarial referentes ao 2º semestre de 2021 que serão pagos em 2022.

Quanto aos Subsídios, Subvenções e Proagro, estes registraram aumento de R\$ 1 bilhão (+376%) no 5º bimestre de 2021 em relação ao mesmo período em 2020, a explicação se deve ao fato de que em outubro de 2020 houve devolução à União de R\$ 6,8 bilhões (em valores reais) que haviam sido destinados ao Programa Emergencial de Suporte a Empregos – PESE, instituído pela [MP nº 944/2020](#), para enfrentamento das consequências econômicas e sociais decorrentes do estado de emergência causado pela pandemia do Covid-19. Evento sem contrapartida no 5º bimestre de 2021.

O decréscimo na Despesa Total mencionado no início do tópico está relacionado principalmente com a redução dos gastos com o enfrentamento à pandemia, pois no 5º bimestre de 2021, em comparação com o mesmo período em 2020, o volume de Créditos Extraordinários (exceto PAC) caiu R\$ 55,3 bilhões (-68,7%); em 2021 também houve o fim do Apoio Financeiro aos Estados e Municípios o que corrobora a queda na Despesa Total.

Arrecadação Federal por base de incidência¹, valores absolutos e cresc. % - 5º bimestre de 2020 e 2021

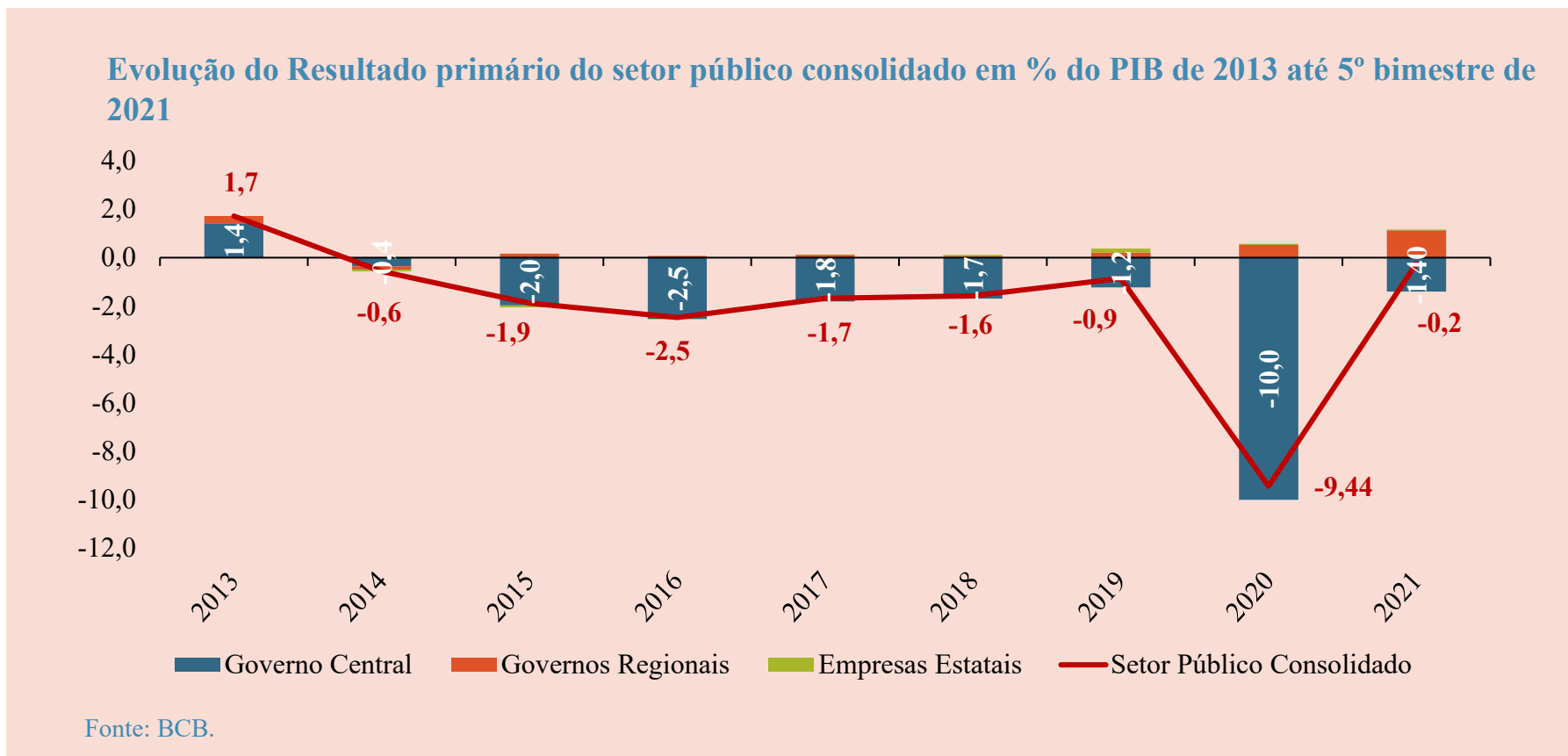
Base de incidência	5º Bim		5º Bim	
	2020	2021	Var. R\$	Var. %
Total Receita Administrada pela RFB	168.143,21	211.231,40	43.088,19	25,6%
Renda do trabalho	27.048,86	35.754,38	8.705,52	32,2%
Lucratividade	38.367,15	59.017,59	20.650,43	53,8%
Faturamento	62.100,92	63.118,10	1.017,18	1,6%
Importação	2.249,23	1.820,20	-429,03	-19,1%
Produção	7.265,54	7.095,02	-170,52	-2,3%
Transações financeiras	1.853,82	9.201,34	7.347,52	396,3%
Combustíveis	451,27	465,42	14,15	3,1%
Ganho de capital	12.806,06	13.978,68	1.172,62	9,2%
Folha de pagamentos	-	-	-	-
Outras	5.521,29	6.504,62	983,33	17,8%

¹A rubrica da Renda do Trabalho refere-se à soma das arrecadações de IR - Pessoa Física, Rendimento do Trabalho e Outros; dentro da rubrica Lucratividade encontram-se os valores correspondentes a I.R. – Pessoa Jurídica e CSLL; no Faturamento encontra-se o somatório da COFINS e PIS/PASEP; na rubrica da Importação está a arrecadação total do IPI – Vinculado e das Importações em si; na Produção estão os valores referentes ao IPI – Fumo, IPI – Bebidas, IPI – Automóveis e IPI – Outros; as Transações Financeiras correspondem ao somatório das receitas de IOF e CPMF; dentro da rubrica de Combustíveis está o somatório total da receita de CIDE Combustíveis; Ganho de Capital diz respeito ao IRRF – Rendimentos do Capital e IRRF – Remessas ao Exterior e Folha de Pagamentos correspondem ao total de outras receitas do grupo.

Fonte: STN.



3.2. Resultado Primário do Setor Público Consolidado



O Setor público Consolidado, formado pela União, estados, municípios e empresas estatais, chegou ao 5º bimestre de 2021, com superávit primário de R\$ 35,4 bilhões. Os dados do mês refletiram em superávit do Governo Central de R\$ 29 bilhões e de R\$ 6,6 bilhões dos governos regionais. Já as empresas estatais apresentaram déficit de R\$ 264 milhões em outubro de 2021, conforme nota divulgada pelo [Banco Central](#).

O superávit registrado no 5º bimestre é decorrente do aumento da arrecadação, especialmente do IR e do IOF, que, além de representarem 30% da Receita Total, cresceram com a elevação do nível de atividade, e da contínua diminuição de gastos do governo com a pandemia do COVID-19. O resultado em outubro, último mês do 5º bimestre, é o melhor para o mês desde 2016.

As despesas com juros do setor público consolidado assinalaram, no último mês do 5º bimestre, R\$ 60,4 bilhões contra os R\$ 34 bilhões registrado no mesmo período de 2020. Tal aumento se deve aos aumentos do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA e da taxa Selic no período (que foi de 3,5% ao ano em outubro de 2020 para 9,2% em outubro de 2021), e pelo resultado mais desfavorável das operações de *swap* cambial (em outubro de 2021 houve perdas de R\$ 12,9 bilhões, contra R\$ 7,0 bilhões em outubro de 2020).

O resultado nominal é o mais utilizado para comparação internacional, pois trata-se do resultado primário acrescido dos juros da dívida pública. Tal valor, em outubro de 2021 foi deficitário em R\$ 25 bilhões. No acumulado de 12 meses até outubro de 2021, o déficit nominal foi da ordem de R\$ 398,7 bilhões, ou seja, 4,73% do PIB, esse resultado advém do alto crescimento das despesas com juros do setor público já detalhadas. O valor do déficit, embora menor do que o registrado ao fim do 4º bimestre, ainda é considerado alto para os padrões internacionais e economias emergentes. Esse tipo de informação é levado em consideração por agências de classificação de risco de crédito dos países, indicador utilizado por investidores.

Dívida Líquida do Setor Público e Dívida Bruta do Governo Geral

A Dívida Líquida do Setor Público – DLSP chegou a R\$ 4,9 trilhões em outubro de 2021, valor que corresponde a 57,6% do

PIB. No mês de setembro, o percentual da DLSP em relação ao PIB era da ordem de 58,5%. Esse resultado no último mês do 5º bimestre de 2021 reflete os impactos da desvalorização cambial de 3,74% no mês, do crescimento do PIB nominal, do superávit primário e dos juros nominais apropriados. No acumulado do ano, a relação DLSP/PIB reduziu-se 5,1 p.p., redução que decorre principalmente dos fatores mencionados acima e o aumento da paridade da cesta de moedas que integram a Dívida Externa Líquida.

A Dívida Bruta do Governo Geral – DBGC, que compreende governo federal, INSS e governos estaduais e municipais, atingiu em outubro o valor de R\$ 7 trilhões, valor que corresponde a 82,9% do PIB contra R\$ 6,9 trilhões em setembro, que correspondia a 83% do PIB, e em outubro de 2020 a DBGC registrou o valor de R\$ 6,4 bilhões, o que correspondia no período a 90,7% do PIB, tais variações demonstram uma estabilidade como percentual do PIB.

A essa evolução se atribui à incorporação de juros nominais, ao efeito da desvalorização cambial no mês e do crescimento do PIB nominal. Com relação ao acumulado do ano, a redução de 5,9 p.p. na relação DBGC/PIB se dá em função do crescimento do PIB nominal, dos resgates líquidos de dívida, da incorporação de juros nominais e da desvalorização cambial.



GOVERNO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SECRETARIA ADJUNTA DO TESOURO E CONTABILIDADE

3.3. Finanças Públicas Maranhenses

a. Receitas

Comparativo das Receitas Estaduais do Maranhão do 5º bimestre de 2020 e 2021 - Valores em milhões, variação em (%)

Rótulos de Linha	Acum. do ano Jan-Out		5º Bimestre		Var. absoluta		Var. %	
	2020 (a)	2021 (b)	2020 (c)	2021 (d)	(b)-(a)	(d)-(c)	(b)-(a)	(d)-(c)
Receitas Correntes	17.504,40	19.745,18	3.692,47	3.810,32	2.240,78	117,86	12,80	3,19
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	7.877,50	9.525,63	1.810,16	1.990,11	1.648,14	179,95	20,92	9,94
ICMS	6.586,68	7.981,17	1.520,50	1.713,55	1.394,49	193,04	21,17	12,70
IPVA	425,04	465,78	60,26	50,98	40,75	-9,28	9,59	-15,40
ITCD	16,10	86,25	03,58	07,64	70,15	04,06	435,77	113,41
IRRF	590,25	676,72	168,92	154,78	86,47	-14,14	14,65	-8,37
Taxas	259,44	315,71	56,89	63,16	56,27	06,27	21,69	11,02
Outros Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-
Contribuições	524,65	532,75	93,26	105,31	08,10	12,05	1,54	12,92
Receita de Serviços	0,73	1,79	0,4	01,07	1,06	0,66	145,21	162,27
Receita Patrimonial	60,19	93,19	16,04	29,98	33,00	13,95	54,83	86,97
Transferências Correntes	8.833,79	9.410,99	1.675,07	1.640,71	577,20	-34,36	6,53	-2,05
CIDE	22,05	14,77	05,81	05,68	-7,28	-0,12	-33,02	-2,23
FPE	5.309,55	7.085,38	895,70	1.152,66	1.775,83	256,96	33,45	28,69
SUS	601,93	547,58	107,13	120,31	-54,34	13,18	-9,03	12,31
FUNDEB	575,26	798,40	112,66	152,82	223,14	40,16	38,79	35,65
Outras Transferências Correntes	2.325,00	964,85	553,78	209,24	-1.360,15	-344,53	-58,50	-62,22
Outras Receitas Correntes	207,53	180,82	97,53	43,13	-26,71	-54,40	-12,87	-55,78
Receitas Correntes - INTRA	582,65	736,10	136,55	188,75	153,45	52,20	26,34	38,23
Receitas de Capital	323,21	230,35	67,27	34,38	-92,86	-32,89	-28,73	-48,89
Operações de Crédito	169,80	164,37	02,70	31,50	-5,44	28,80	-3,20	1064,76
BID/PROFISCO	09,97	31,84	02,70	0,00	21,87	-2,70	219,45	-100,00
Banco do Brasil/BNDES/Gov. do Estado	158,47	131,50	0,00	31,50	-26,97	31,50	-17,02	-
Caixa Econômica Federal	01,37	01,03	0,00	0,00	-0,34	0	-24,97	-
Alienação de Bens	03,15	06,25	0,61	02,43	03,10	01,82	98,50	297,58
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-
Transferências de Capital	64,38	59,72	63,95	0,44	-4,66	-63,51	-7,24	-99,30
Outras Receitas de Capital	85,88	0,01	0,00	0,00	-85,86	0	-100,00	-
Receitas Intra Orçamentárias de Capital	0,00	105,45	0,00	0,00	105,45	0	-	-
Deduções (-)	3.745,43	4.701,33	772,37	827,18	955,90	54,81	25,52	7,10
Total Geral	14.664,84	16.115,76	3.123,92	3.206,27	1.450,92	82,35	9,89	2,64

Fonte: SEPLAN/MA

No 5º bimestre de 2021 as Receitas Correntes estaduais registraram crescimento de +R\$ 117,86 milhões (+3,2%) em relação ao mesmo período de 2020. O balanço total das receitas foi um aumento de +R\$ 82,35 milhões (+2,6%) no período considerado.

i. Receitas de Transferências

As Transferências Correntes registraram queda de -R\$ 34,36 milhões (-2,05%) em comparação ao 5º bimestre do ano anterior. Os vetores desta redução são, em menor grau, a cota-parte das Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE, e em maior grau, as Outras Transferências Correntes. A cota-parte do CIDE quando comparada com o 5º bimestre de 2020, reduziu na ordem de R\$ 120 mil (-2,23%), a esse decréscimo pode atribuir uma redução nas alíquotas de importação do etanol anidro, uma vez que a CIDE é uma tributação que incide também sobre a importação e a comercialização dos combustíveis dos mais variados tipos, e, considerando que, o valor repassado aos estados compreende 29% do total arrecadado com este tributo, uma redução do montante total arrecadado também induz uma redução da quantia recebida pelo estado.

Contudo, o maior responsável pela redução na origem de Transferências Correntes foram as Outras Receitas Correntes, que no 5º bimestre de 2021 assinalou uma redução de R\$ 344 milhões (-62,2%) em sua arrecadação, isso porque neste grupo é onde são registrados os auxílios financeiros da União, e uma vez que estes auxílios foram estabelecidos com prazo de vigência determinado que valeu ao longo de 2020, esse decréscimo no atual período pode ser considerado natural.

Por outro lado, os repasses do FPE cresceram em +R\$ 256,96 milhões (+28,6%) no 5º bimestre de 2021, seguindo a

mesma tendência das transferências do FUNDEB, que se elevou em +R\$ 40,16 milhões (+35,6%) no período considerado. Como uma parcela do FPE é formada por parte da arrecadação do Imposto de Renda, pode-se atribuir o crescimento ao fato de que houve durante a pandemia diversos adiamentos do pagamento do Imposto de Renda tanto para Pessoa Física quanto para Pessoa Jurídica, o que explicaria esse crescimento considerando que os pagamentos foram retomados.

O FPE também é composto por parte da arrecadação do IPI, que incide sobre a produção industrial e sobre as importações. Atenta-se para a questão que a produção industrial nacional sofreu um arrefecimento durante o período pandêmico devido às medidas de isolamento e que as importações também passaram por decréscimo em função da menor oferta global de insumos, já que no contexto da pandemia, muitos países buscaram focar em seu mercado interno reduzindo as vendas para o exterior. Com a retomada da produção industrial e das importações, e com o crescimento do câmbio, a arrecadação do IPI cresce e consequentemente o montante destinado ao FPE.

As Outras Receitas Correntes assinalaram um decréscimo da ordem de R\$ 54,4 milhões (-55,8%) no 5º bimestre de 2021 em relação ao mesmo período em 2020, essa queda pode ser atribuída principalmente ao recolhimento de Outras Receitas Primárias, com destaque à queda de R\$ 60,7 milhões (-97%) do [Fundo da Cultura do Maranhão – FENDECMA](#), que ocorreu em função da redução dos aportes do Estado à Cultura, que estiveram concentrados em sua maior parte no ano de 2020 – devido à paralisação de eventos por causa da pandemia, sendo tal paralisação mais contundente no ano mencionado – uma vez que eventos culturais estão retomando as atividades. Outras quedas de menor magnitude podem ser citadas, como a queda no [Fundo de Fortalecimento da Administração Tributária – FUNAT](#) (-R\$ 672.326 / -22,4%); do



GOVERNO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SECRETARIA ADJUNTA DO TESOURO E CONTABILIDADE

Fundo de Proteção e Defesa do Consumidor - FUNCON (-R\$ 175.884 / -64,3%) ; das Receitas da Defensoria Pública do Estado (-R\$ 2,2 milhões / -101%) e das Receitas do **Instituto de Colonização e Terras do Maranhão – ITERMA** (-R\$ 1,1 milhão / -30,7%).

No que se refere às Receitas de Capital, houve queda da ordem de R\$ 52,1 milhões (-38,2%), tal queda foi capitaneada pelas Transferências de Capital, que entre o 5º bimestre de 2020 e 2021, apresentou queda de R\$ 63,5 milhões (-99,3%), com destaque para as Transferências de Convênios da União e suas Entidades, que sofreram decréscimo de R\$ 63,2 milhões (-99,6%), dentro da qual há a receita de transferência do convênio PAC/CAEMA.

ii. Receitas Tributárias

No Terceiro Setor os seguintes grupos de atividade registraram os maiores pesos no recolhimento do imposto no 5º bimestre de 2021:

- No Comércio atacadista de mercadorias em geral com predominância de produtos alimentícios, que registrou arrecadação de R\$ 44 milhões, com variação negativa de R\$ 1,02 milhão (-2,3%) no comparativo com o 5º bimestre de 2020. Embora de acordo com o IBGE diversos itens alimentícios tenham permanecido em trajetória de alta, o arroz e o leite longa-vida ficaram mais baratos. Ademais o custo de “comer fora” aumentou em relação ao custo de “alimentar-se em casa”, além da substituição de proteína bovina pela proteína de frango e ovo.
- O Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano arrecadou R\$ 37 milhões, crescendo R\$ 3,9 milhões (+11,7%) em relação ao 5º bimestre de 2020. A nível nacional, o **Índice de Preços dos Medicamentos para Hospitais** (IPM-H) teve queda de 2,35% em outubro de 2021, mas apresentou crescimento de 6,70% ao considerar o período de 12 meses, o que explica o aumento na comparação interanual entre os bimestres no Estado do Maranhão, denotando que a tendência nacional também é seguida pelo Estado.
- O Comércio por atacado de Automóveis, Camionetas e Utilitários Novos e Usados teve arrecadação de R\$ 19,6 milhões, com variação positiva de R\$ 638.443,86 (+3,4%) quando comparado com o 5º bimestre de 2020. Tal variação tem respaldo no crescimento da frota desses tipos de veículos no Estado, saindo

de 511.734 em outubro de 2020 para 539.454 em outubro de 2021, conforme dados da **Senatran**, demonstrando acréscimo de 5,42% na quantidade desses veículos.

- Energia Elétrica: A Distribuição de Energia Elétrica registrou, no 5º bimestre de 2021, arrecadação de R\$ 209,15 milhões, com variação de R\$ 126,02 milhões (+151,6%). Em outubro, a energia elétrica residencial registrou aumento de 30,27% em relação ao mesmo período no ano anterior (variação 12 meses), de acordo com o índice **IPCA**. Com a crise hídrica que afeta o Brasil ao longo de 2021, as usinas hidrelétricas apresentam capacidade insuficiente em função da escassez das chuvas, o que enseja o acionamento das usinas termelétricas cujos custos de operação são mais caros. Além disso, a CNAE da atividade Construção de Estações e Redes de Distribuição de Energia Elétrica apresentou, no 5º bimestre de 2021, incremento de R\$ 838.149,89 (+2.916%) em relação ao período análogo em 2020, indicando expansão da malha elétrica do Estado e consequentemente a entrada de toda a arrecadação que decorre do processo, o que acaba também por elevar a arrecadação do Comércio Atacadista de Energia Elétrica (+ R\$ 6 milhões / +1283,44%) e da própria Geração de Energia Elétrica (+ R\$ 18,4 milhões / +737,68%).

Os combustíveis são um importante ponto de pressão inflacionária, uma vez que a volatilidade de seu preço possui forte impacto nos custos da cadeia produtiva em todos os setores. A alta nos preços decorre principalmente no maior valor internacional do petróleo e do câmbio. Desde 2016 a Petrobrás adota a política de Preço de Paridade Internacional (PPI), no qual o preço dos combustíveis segue o valor do petróleo no mercado internacional – que é cobrado em dólares – e como a moeda americana tem se mantido em um patamar elevado, os valores no Brasil também passam a ser altos. Em suma, o preço se eleva não somente porque o preço da *commodity* em si está mais alto, mas porque o dólar também está mais caro. Portanto, a combinação desses fatores tem potencial para pressionar o preço dos combustíveis em reais no Maranhão e consequentemente, fazer com que a dinâmica da arrecadação cresça. No 5º bimestre de 2021, a arrecadação com Combustíveis no Estado, somando o comércio/distribuição e fabricação/refino/extração foi de R\$ 456 milhões, valorização de R\$ 88 milhões (+23,9%) em relação ao período análogo no ano anterior.

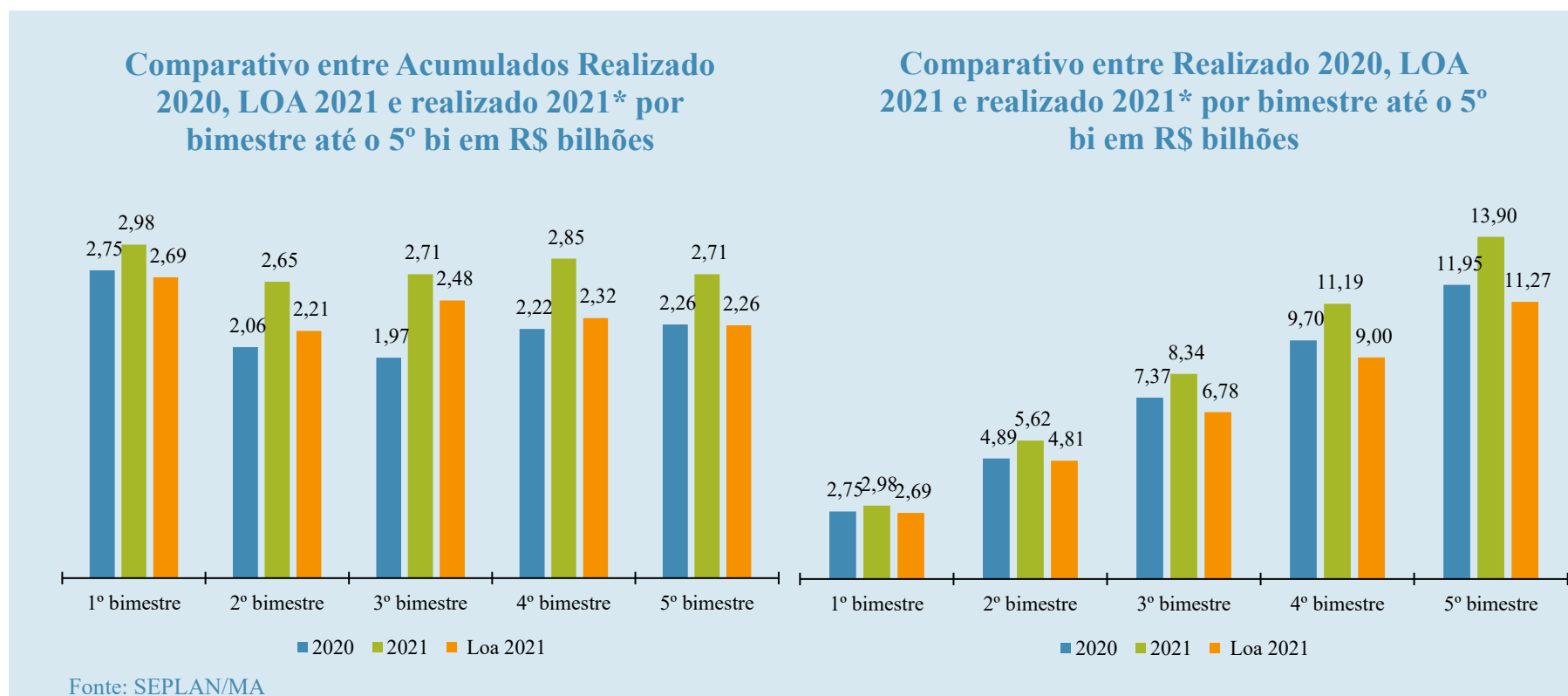
Arrecadação de ICMS por Setor e Grupo de Atividade Econômica, valores nominais em R\$ Milhões – 5º bimestre de 2020 e 2021

Setor Econ. e Grupo de Atividade	Acumulado do Ano de Jan-Out		5º Bimestre		Var. Absoluta		Var. %	
	2020 (a)	2021 (b)	2020 (c)	2021 (d)	(b) - (a)	(d) - (c)	(b) / (a)	(d) / (c)
Primário	44,55	119,26	10,26	13,61	74,70	3,34	167,68	32,57
Agricultura	12,73	19,19	3,76	4,67	6,46	0,90	50,76	24,15
Pecuária	30,40	98,09	6,13	8,59	67,68	2,45	222,60	40,09
Pesca e Aquicultura	0,42	0,61	0,11	0,12	0,19	0,007	46,38	6,33
Produção Florestal	0,99	1,35	0,25	0,21	0,35	-0,03	36,24	-12,71
Secundário	2.452,91	3.245,17	583,32	725,57	792,25	142,25	32,30	24,39
Combustível	1.362,82	1.943,80	307,25	408,63	580,97	101,37	42,63	33
Energia Elétrica	24,59	52,21	2,50	20,99	27,62	18,48	112,31	737,6
Indústria de Transformação	1.038,83	1.222,91	267,28	288,80	184,08	21,51	17,72	8,05
Indústria Extrativista	23,54	17,62	5,54	4,26	-5,92	-1,27	-25,17	-23,04
Indústria - Outras	3,11	8,61	0,72	2,88	5,50	2,15	176,83	296,4
Terciário	3.965,46	4.523,49	897,93	943,43	558,52	45,49	14,07	5,07
Combustível	359,11	341,45	60,68	47,37	-17,65	-13,30	-4,92	-21,93
Comércio Atacadista	1.172,08	1.471,94	289,47	311,54	299,86	22,07	25,58	7,63
Comércio Varejista	987,04	1.178,74	255,77	248,32	191,70	-7,44	19,42	-2,91
Energia Elétrica	696,40	818,09	161,88	188,15	121,68	26,27	17,47	16,23
Outros Serviços	88,07	106,52	19,76	24,15	18,45	4,38	20,95	22,21
Serviços de Comunicação	337,70	393,92	72,12	66,79	56,22	-5,32	16,65	-7,39
Serviços de Transporte	325,04	212,80	38,23	57,07	-112,23	18,84	-34,53	49,28
Total	6.462,93	7.887,93	1.491,53	1.682,62	1.425,00	191,09	24,8	12,81

Fonte: BI-SEFAZ/MA.



iii. Painel Receitas Realizadas x Orçado em LOA 2020



Ao longo de 2021 as receitas cresceram acima do orçamento, que havia sido construído em cima dos pilares de 2020, um ano de forte crise econômica e com elevados riscos. No 5º bimestre tem-se continuidade ao movimento registrando no acumulado até o período, com excesso de arrecadação no montante de R\$ 1,491 bilhão em relação à LOA 2021 (+13,23%).

Tratando-se especificamente do 5º bimestre, as receitas somaram R\$ 2,71 bilhões, crescimento de R\$ 456,1 milhões (+16,6%) em relação ao orçado para o bimestre na LOA 2021.

O crescimento das receitas derivou de diversos fatores positivos para a estrutura maranhense. No ICMS que valorizou R\$ 463,7 milhões acima do orçado no acumulado até o 5º bimestre em relação a LOA 2021, destaca-se o efeito câmbio, dos preços dos combustíveis e lubrificantes, bem como do crescimento das importações pelo complexo portuário do Itaqui de outras mercadorias, como por exemplo, de fertilizantes. Outros vetores de destaque para aumento da arrecadação de ICMS é o próprio crescimento inflacionário brasileiro, que reflete no aumento de preços e consequentemente da base tributária.

Com o combate à COVID-19 ainda em andamento, o processo de vacinação e as decorrentes ampliações de leitos e Unidades de Saúde, as transferências do SUS tiveram também crescimento significativo até o 5º bimestre de 2021 quando comparados com a LOA 2021, registrando excesso de R\$ 152,9 milhões.

Mas o grande contribuinte para o crescimento da receita vem sendo as transferências do FPE que registraram alta de R\$

787,6 milhões no comparativo do acumulado 2021 até o 5º bimestre com a LOA 2021. Esse crescimento decorre de fatores semelhantes ao do ICMS no Maranhão, embora, em esfera nacional, uma vez que as transferências do FPE dependem da arrecadação da União, o crescimento da inflação, o aumento da arrecadação em decorrência dos maiores preços, e uma economia em recuperação (em relação com 2020) fortaleceram a dinâmica tributária e consequentemente a distribuição dos recursos para os Estados. O mesmo ocorre com as transferências do FUNDEB que valorou R\$ 98,7 milhões nesse mesmo comparativo.

Em paralelo, é importante destacar as quedas nas receitas de IR e IPVA, que são mais próximos da realidade da renda e do nível de emprego da população, e assim, reiterar, que os ganhos através da inflação não significam recuperação da atividade econômica e que podem implicar em consequências diretas para o nível de risco e de crescimento para 2022.

Excesso/frustração por bimestre e acumulado 2021 realizado x Orçado na LOA 2021

Principais receitas	1º bimestre 2021	2º bimestre 2021	3º bimestre 2021*	4º bimestre 2021*	5º bimestre 2021*	Acumulado
ICMS	224.331.780,85	116.894.878,78	15.356.440,89	107.154.564,05	81.531.539,95	463.737.664,57
IR	21.712.011,49 -	46.126.308,96 -	2.832.679,23 -	25.478.182,66	6.111.988,33 -	52.725.159,35
ITCD	1.925.507,45	1.474.072,85	47.210.619,11	2.910.594,75	2.707.842,49	53.520.794,16
IPVA	- 10.910.528,84 -	18.815.085,58	1.533.080,18	16.377.938,38	8.743.174,72 -	11.814.595,86
CIDE	- 2.845.978,90 -	3.007.537,74 -	35.697,78 -	2.034.564,52	872.196,31 -	7.923.778,95
Taxas	- 15.216.859,83 -	6.858.714,11	12.524.148,89	16.978.304,39	14.096.634,49	7.426.879,33
FPE	200.043.766,90	153.897.235,88	268.465.386,20	165.217.264,90	264.841.026,97	787.623.653,88
FUNDEB	- 160.161.459,03	200.005.926,05 -	148.012.022,54	206.869.645,34	27.029.765,45	98.702.089,82
SUS	32.528.133,14	40.169.466,02	39.104.842,36	41.087.768,16	50.179.083,34	152.890.209,68
Total	291.406.373,23	437.633.933,19	233.314.118,07	529.083.332,79	456.113.252,06	1.491.437.757,28

Fonte: SEPLAN/MA



GOVERNO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SECRETARIA ADJUNTA DO TESOURO E CONTABILIDADE

b. Despesas

Comparativo das Despesas Estaduais do Maranhão do 5º bimestre de 2020 e 2021 e acumulado até o 5º bimestre – Valores em milhões, variação em (%)

Descrição das Despesas	Acum. do ano Jan-Out		5º Bim		Var. absoluta		Var. %	
	2020 (a)	2021 (b)	2020 (c)	2021 (d)	(b)-(a)	(d)-(c)	(b)/(a)	(d)/(c)
Despesas Correntes	12.587,05	14.231,73	3.219,34	2.906,61	1.644,69	-313	13,1	-9,7
Pessoal e Encargos Sociais	7.949,25	8.200,48	2.351,60	1.723,52	251,24	-628	3,2	-26,7
Juros e Encargos da Dívida	135,88	288,91	13,61	45,93	153,02	32,3	112,6	237,5
Outras Despesas Correntes	4.501,92	5.742,34	854,14	1.137,16	1.240,43	283	27,6	33,1
Despesas de Capital	1.524,53	3.020,26	533,87	657,58	1.495,74	124	98,1	23,2
Investimentos	1.121,51	2.054,67	458,85	553,61	933,16	94,8	83,2	20,7
Inversões Financeiras	123,92	182,59	49,81	37,72	58,68	-12,1	47,4	-24,3
Amortização da Dívida	279,1	783	25,21	66,25	503,9	41	180,5	162,8
Total Geral	14.111,57	17.252,00	3.753,21	3.564,19	3.140,43	-189	22,3	-5,04

Fonte: SEPLAN/MA

No acumulado do ano até outubro de 2021, as despesas totais cresceram 22,3% quando comparadas ao mesmo período do ano passado. [A Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia - SPE/ME](#) concluiu que a melhora da atividade econômica no país está relacionada ao avanço da vacinação após um período crítico de impactos gerados pela pandemia da Covid-19. Em consequência, a tendência de melhora tem se fortalecido nos indicadores de arrecadação dos entes, o que favorece o crescimento dos investimentos nos diversos setores econômicos, trazendo benefícios para toda a população.

Porém, diferentemente do resultado observado no bimestre passado, as despesas com Pessoal e Encargo Social assinalaram variação negativa de -R\$ 628,1 milhões (-26,7%) no 5º bimestre de 2021, repercutindo no declínio das Despesas Correntes. Dentro desse grupo observa-se expressiva queda nas despesas com Aposentadoria do RPPS, Reserva Remunerada e Reformas dos Militares, que caiu em cerca de -R\$ 129 milhões (-22,8%). Tal conjuntura pode ser constatada quando se observa que a Unidade Orçamentária de maior variação negativa em termos absolutos é o Fundo Estadual de Pensão e Aposentadoria – FEPA, que no 5º bimestre de 2021 registrou queda de aproximadamente, -R\$ 166,7 milhões (-22,6%).

Seguindo o grupo de Pessoal e Encargos Sociais, a mesma tendência foi observada nas Inversões Financeiras, em cerca de -R\$ 12,1 milhões (-24,3%), influenciando o resultado total negativo das Despesas de Capital no bimestre considerado. O resultado foi verificado principalmente no elemento Constituição ou Aumento do Capital de Empresas referentes ao capital do MAPA (-R\$ 17,8 milhões; -65%) e CAEMA (-R\$ 2,8 milhões; -12,7%). Este elemento refere-se à aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas quando a operação não importe aumento de capital.

O Juros e Encargos da Dívida, que fazem parte das Despesas Correntes, obteve acréscimo de R\$ 32,3 milhões (+237,5%). Esta rubrica está relacionada com a Amortização da Dívida que cresceu R\$ 41 milhões (+162,8%). Cerca de R\$ 36 milhões desse valor refere-se às operações de crédito efetuadas pelo estado para com o BNDES, a fim de ampliar a capacidade de investimentos do setor público das unidades federativas, a exemplo do Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal – PROINVESTE. Ademais, o crescimento de juros e encargos da dívida no bimestre considerado é atribuído às variações cambiais que fomentaram um aumento da dívida que o estado possui com o *Bank of America* e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, que são dívidas externas e portanto, sensíveis às mudanças no câmbio.

Em relação as Outras Despesas Correntes, está se elevou em R\$ 283 milhões (+33,1%) influenciado em grande parte pelo crescimento das Indenizações (+430,6%) e também pela Locação de Mão-de-Obra (+47,6%), em especial, os Serviços de Higiene e Limpeza (+84,3%). Dispêndio este, explicado pela preocupação

com as medidas sanitárias de higiene nos órgãos públicos estaduais, reforçando as práticas de combate à Covid-19.

Relembra-se que ao longo de 2020, a área da saúde foi o que representou o maior ponto de pressão das Despesas Correntes, como é de conhecimento de todos, por conta das consequências da pandemia do novo Coronavírus, fazendo com que o custeio dos órgãos de saúde se elevasse e contasse com o apoio financeiro da União. Já em 2021, as campanhas de vacinação surtiram efeito e resultaram na queda dos números de casos de infecções pela Covid-19, desafogando os leitos dos hospitais e a unidades de pronto atendimento. No entanto, tal fato não significou decréscimo de dispêndios nesta área. No acumulado até o 5º bimestre de 2021 a elevação de gastos foi da ordem de R\$ 51 milhões em comparação ao mesmo período do ano anterior.

Ainda dentro do grupo das Despesas Correntes, a Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano – SECID integra o ranking das maiores elevações de gastos no acumulado até o 5º bimestre, em mais de R\$ 49 milhões (+312%) em comparação ao mesmo período de 2020. Tal crescimento foi fomentado em grande parte por auxílios financeiros a pessoas físicas, em especial o projeto “Minha Casa Melhor”. O programa teve por objetivo garantir o acesso a móveis e eletrodomésticos a maranhenses integrantes do CadÚnico e apoiar o comércio local. O benefício possuía valor unitário de R\$600,00 e foi concedido mediante sorteio, alcançando 217 municípios maranhenses. Apenas neste elemento, o investimento foi de aproximadamente R\$ 24 milhões.

Outro órgão que foi importante no crescimento das Despesas Correntes foi o Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS, que elevou seus gastos em mais de R\$ 30 milhões no acumulado até o 5º bimestre de 2021. Os auxílios financeiros destinados a pessoas físicas corresponderam a um somatório de R\$ 16 milhões, distribuídos nos elementos Vale Gás (R\$ 12 milhões) e Auxílio Financeiro Combustível (R\$ 3,9 milhões). O primeiro projeto visa minimizar os reflexos da pandemia da Covid-19 no âmbito social e fortalecer a Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, beneficiando cerca de 119 mil famílias cadastradas no CadÚnico e alcançando 217 municípios maranhenses. Já o segundo projeto concedeu durante dois meses auxílio para taxistas, mototaxistas e motoristas de aplicativos com valores de R\$ 60,00 até R\$ 300,00 de acordo com a área e a atuação profissional.

O grupo dos Investimentos, se elevou em +R\$ 94,8 milhões (+20,7%) no 5º bimestre de 2021, ante o mesmo período de 2020. Assim como verificado nos bimestres anteriores, a elevação de dispêndios fomentada pela Secretaria de Infraestrutura – SINFRA e pela SECID, tem proporcionado tanto para a capital quanto para os interiores do Maranhão, a superação de deficiências que ao longo de 2020 configuraram-se em um entrave para a produtividade e o desenvolvimento econômico em todo o país, por conta da crise pandêmica.



GOVERNO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SECRETARIA ADJUNTA DO TESOURO E CONTABILIDADE

A elevação dos investimentos esteve presente nas mais diversas atividades e em diferentes municípios maranhenses, a exemplo de Obras Públicas para Uso Comum do Povo, que empreendeu adicional de +R\$ 56 milhões (+235,6%). Dentro desta rubrica estão os trabalhos relacionados à conservação de prédios e logradouros públicos, manutenção de hospitais, implantação e melhoria de sistema de abastecimento de água, reforma de entreposto pesqueiro de mercado de mariscos, conservação e manutenção de praças, entre outras obras espalhadas entre capital e interiores do Maranhão.

Soma-se a isto, o crescimento nos elementos de Edificações públicas (+R\$ 34 milhões; +4130,4%), Reforma e Ampliação de Imóveis (+R\$ 10 milhões; +136,9%) Obras de Poços e Açudes nos interiores do estado (+R\$ 8 milhões, +474,8%); Instalações, que em relação ao 5º bimestre do ano passado também ganhou destaque no grupo dos Investimentos (+R\$ 6,4 milhões; +2262,7%); e por fim, a Construção de Pontes ou Instalação de Pontão (+R\$ 2,8 milhões; +37,8%).

As intervenções têm por objetivo induzir desenvolvimento nas regiões menos desenvolvidas, movimentar as economias locais, gerar empregos, garantir mobilidade, acessibilidade, valorização dos imóveis e ao mesmo tempo combater a crise nacional com ações práticas, configurando-se em um somatório que traz benefícios à população.

A SECID está entre as secretarias com os maiores dispêndios de recursos no 5º bimestre de 2021, ante o mesmo período de 2020, totalizando aumento de R\$ 37 milhões (+67%). Na linha do citado anteriormente, os investimentos correspondem à: obras de infraestrutura, obras públicas para uso comum do povo, edificações públicas, entre outros projetos de desenvolvimento socioeconômico. A Secretaria tem como finalidade planejar, executar, coordenar, controlar e realizar a manutenção das políticas públicas das áreas de habitação, saneamento e urbanização em articulação com os municípios, visando o desenvolvimento regional sustentável do Estado.

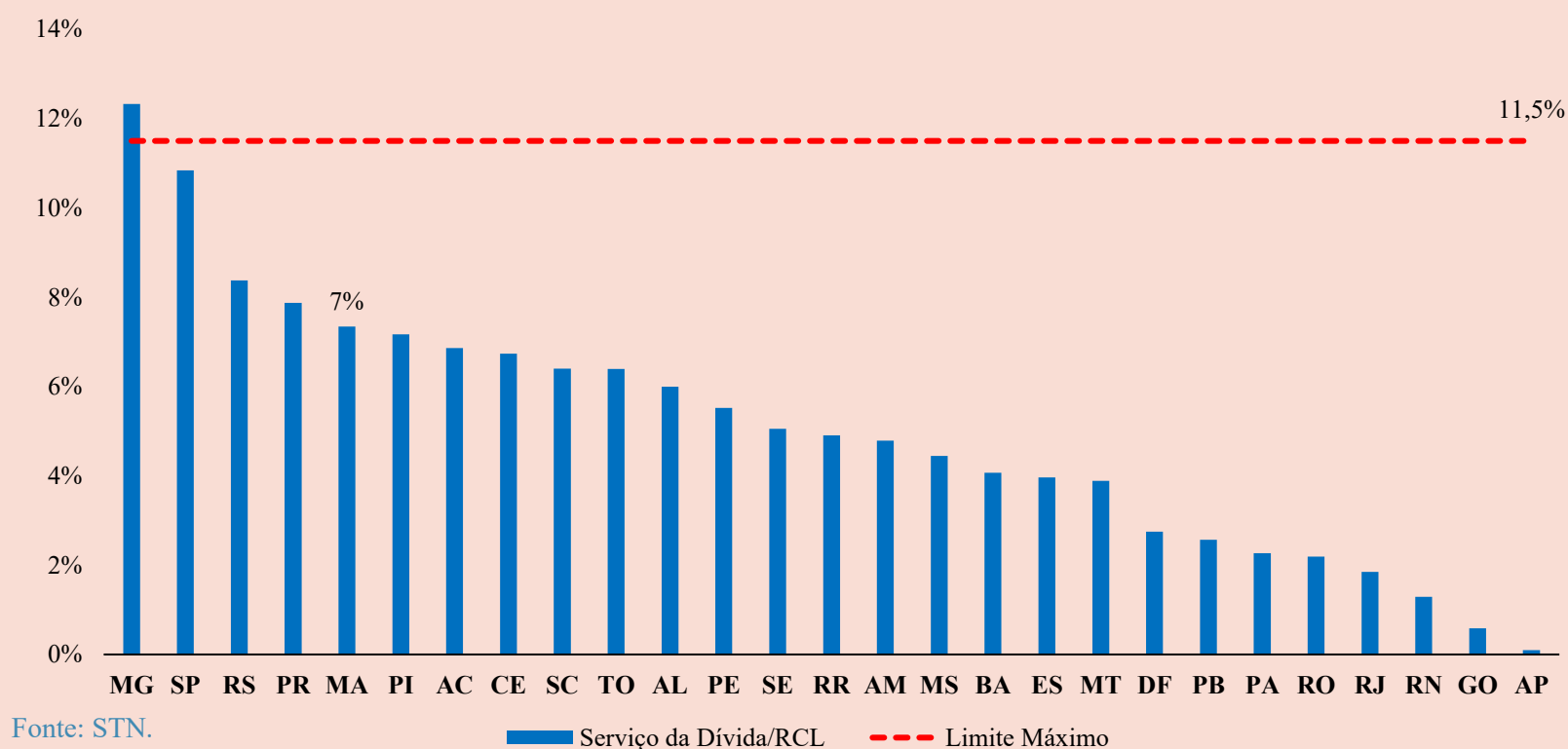
Considerando o panorama geral, no total das despesas empenhadas no acumulado até o 5º bimestre de 2021, observa-se evolução de R\$ 3,1 bilhões (+22,3%). O que denota a direção

tomada pela atual gestão de não apenas lidar com a crise pandêmica nos últimos meses, mas mitigar as suas consequências negativas, os quais tiveram seus efeitos iniciados há mais de um ano, por meio de investimentos e custeio de obras de infraestrutura e da saúde, visando a retomada econômica dos diversos setores da economia.

A análise da relação entre o Serviço da Dívida (Amortização da Dívida + Juros) e Receita Corrente Líquida (RCL) é fundamental para a Gestão da Dívida Pública, pois é por meio desta relação que o art. 7, inciso II da Resolução do Senado Federal – RSF nº 43/2001, estabelece que o comprometimento anual com amortização, juros e demais encargos da dívida consolidada, inclusive relativos a valores a desembolsar de operações de crédito já contratadas e a contratar, não poderá exceder a 11,5% (onze e meio por cento) da RCL. Caso seja ultrapassado esse teto, o ente poderá ficar impedido de realizar operações de crédito junto a bancos internos e externos e até mesmo de receber transferências voluntárias da União.

Até o 5º bimestre de 2021, a relação Serviço da Dívida sobre a RCL do Estado chegou a 7%. Os números mostram que dentro do período considerado, o MA está entre 5 os primeiros estados que não atingiram o Limite Máximo, ao lado de SP, RS, PR e PI, evidenciando o cumprimento do limite de comprometimento do Serviço da Dívida dos entes subnacionais, conforme demonstrado no gráfico a seguir. Em relação ao Maranhão, como citado no RTF do 4º bimestre de 2021, essa folga no limite de comprometimento estabelecido na Resolução, é o que possibilita ao Estado a aprovação de novas operações de crédito junto a bancos nacionais e estrangeiras voltadas para as áreas de transporte, infraestrutura, e modernização da gestão pública, cujos investimentos já foram citados neste tópico do Relatório.

Participação do Serviços da Dívida sobre a Receita Corrente Líquida (RCL) dos Estados (%) – até o 5º bimestre de 2021





4. TÓPICOS EXTRAS

Gestão Fiscal: Resultados do Programa de Ajuste Fiscal (PAF) e da Capacidade de Pagamento (CAPAG) do Maranhão (ano-base 2020)

No dia 15 de setembro de 2021, o Ministério da Economia, publicou, através da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), o anual Boletim de Finanças dos Entes Subnacionais, com análises a respeito dos principais indicadores fiscais, assim como da Capacidade de Pagamento (CAPAG) dos Estados e Municípios.

O Boletim também discorre sobre as metas do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal (PAF) acerca dos indicadores e Compromissos como Endividamento; Resultado Primário; Despesa com Pessoal; Arrecadação Própria; Gestão Pública e Disponibilidade de Caixa – o qual é derivado do processo de assunção de dívidas dos Estados e do Distrito Federal pela União consubstanciado pela Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997.

No âmbito da CAPAG, vale salientar que trata-se de um *rating* composto por três indicadores: i) Endividamento (Dívida Consolidada sobre a Receita Corrente Líquida); ii) Poupança Corrente (média ponderada da relação entre a Despesa Corrente e a Receita Corrente Ajustada dos últimos três exercícios); e iii) Liquidez (são consideradas apenas as disponibilidades de caixa e as obrigações financeiras das fontes de recursos não vinculadas, ou seja, que possui alocação livre entre a origem e aplicação do recurso). Em resumo, a CAPAG avalia o volume de dívida, a relação receita e despesa e a performance de caixa, cuja metodologia está explícita na Portaria STN nº 501, de 23 de novembro de 2017.

Mesmo diante de uma das maiores crises pandêmicas da humanidade, associada a tensões políticas e institucionais que afetam diretamente o desempenho econômico do país e, consequentemente, a arrecadação, o Maranhão conseguiu honrar

seus compromissos no tocante ao pagamento de despesas obrigatórias (Pessoal Ativo e Inativo, assim como as dívidas) sem renunciar a alocação de investimentos públicos em setores estratégicos como Saúde, Infraestrutura, Segurança dentre outros.

Neste sentido, no ano-calendário de 2020, o Estado do Maranhão conseguiu cumprir todas as metas e compromissos (6) do PAF e alcançou a nota B na CAPAG – por meio da combinação das notas A para Endividamento; B para Poupança Corrente; e A para o indicador de Liquidez – o que na prática implica dizer que o ente pode realizar novas operações de crédito com garantias e avais da União em pedidos de financiamentos.

Além disto, com a obtenção da CAPAG B (classificação de risco de crédito), e em conformidade com item II, art. 7, da Portaria nº 535/2020, o Maranhão amplia o seu espaço fiscal. Neste cenário, estaria apto a captar junto a bancos nacionais e internacionais o montante de aproximadamente R\$ 1,3 bilhão com garantias da União a partir de 2022.

Por fim, mesmo com a relativa melhora das contas públicas e com a consequente obtenção da CAPAG B é crucial alertar que os desafios fiscais deverão ser ainda maiores a partir de 2022, ano em que haverá eleições para Presidente, Governador, Senador e Deputados (Federal e Estadual). As principais pressões serão, principalmente, na despesa com pessoal em razão do fim dos efeitos da LC nº 173/20 que vedou acréscimos em 2020 e 2021; reajuste para professores e enfermeiros e de outras categorias que estão, por exemplo, represados desde então, bem como da alta no nível de preços e da valorização do dólar frente à moeda local os quais impactarão na despesa através da indexação de contratos.

4.1. Programa de Ajuste Fiscal (PAF) do exercício de 2021

No final de outubro de 2021, o Estado do Maranhão assinou a 19ª revisão do [Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal \(PAF\)](#), bem como o [Termo de Entendimento Técnico \(TET\)](#) válido para o período de 2021-2023. Trata-se de revisões do Programa em cumprimento ao contrato de refinanciamento da dívida estadual (Leis nº 8.727/93 e 9.496/97) e com a União.

O documento do Programa apresenta, na Seção II, a situação econômico-financeira do Estado, de forma a avaliar a sua situação fiscal. Na seção III, são indicados os objetivos e estratégias do ajuste fiscal proposto pelo Estado. Na seção IV, é indicado que as metas e compromissos serão pactuados. Na seção

V, é definida a sistemática de acompanhamento do Programa e de verificação e revisão das metas ou compromissos.

Com relação a composição do TET, destaca-se: seção I, “Critérios Gerais”; a seção II, “Metodologia Geral de Projeção, Apuração e Avaliação do Cumprimento de Metas”; a seção III, “Descrição das Metas e Aspectos Específicos da Metodologia de Apuração e Avaliação”; a Seção IV, “Apuração do Espaço Fiscal a Contratar”, a qual indica o montante de R\$ 1.855.951.929,72 sendo R\$ 20.887.504,29 referente a saldo remanescente e R\$ 1.835.064.425,43 de acréscimo válido para novas operações de crédito o ano de 2022; e a seção VI, “Programa de Trabalho”.

Metas e Compromissos do Programa de Ajuste Fiscal do Estado do Maranhão entre 2021 e 2023

Metas e Compromissos		2021	2022	2023
Meta 1	Endividamento, em %	57,65	49,25	43,73
Meta 2	Resultado Primário, em R\$ milhões	-690	-339	329
Meta 3	Pessoal/RCL, em %	55,53	55,52	55,46
Meta 4	Arrecadação Própria, em R\$ milhões	11.500	12.267	13.150
Meta 5	Gestão Pública	-	-	-
Meta 6	Caixa Líquido, em R\$	-455.562.080	-370.959.573	-288.132.529

Fonte: PAF (ano-base 2021).

No tocante as Metas e compromissos, a Tabela acima resume as estimativas firmadas junto ao Tesouro Nacional. Levando em consideração um cenário conservador, a projeção do indicador de dívida gira em torno de 57,65% em proporção a Receita Corrente Líquida (RCL) tendo em vista a valorização do dólar frente à moeda local e os passivos da Companhia de Saneamento do Maranhão (CAEMA) e os com precatórios.

No que se refere ao Resultado Primário, a meta prevista no Programa é de déficit primário da ordem de R\$ 690 milhões, creditado especialmente pela expansão do custeio (R\$ +840 milhões) e de pessoal ativo e inativo (R\$ 1,2 bilhão) por estarem represadas em 2020 em virtude do impacto da pandemia. Com essa previsão de alta em despesas com pessoal, o indicador tem como estimativa o percentual de 55,53%, embora o Tesouro Nacional



GOVERNO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SECRETARIA ADJUNTA DO TESOURO E CONTABILIDADE

tenha estabelecido como meta o valor prudencial, conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que corresponde a 57% da RCL.

No âmbito da arrecadação, a previsão é que o ente aufera o montante de R\$ 11,5 bilhões enquanto as Transferências da União devam registrar R\$ 10,3 bilhões em 2021.

A Meta 5 (Gestão Pública) traz os seguintes compromissos que o Ente deverá atingir ao longo de 2021, são eles: a) encaminhar à STN, até o dia 30 de abril de cada ano, Relatório sobre a execução do Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal do Estado relativo ao exercício anterior e sobre as perspectivas para o triênio seguinte (Relatório do Programa), contendo análise detalhada do cumprimento ou descumprimento de cada meta ou compromisso de acordo com o §1º do art. 16 do Decreto nº 8.616, de 29 de dezembro de 2015; b) divulgar, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, os dados e informações relativos ao Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado, consoante o que dispõe o § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; e c) O Estado deverá rever as classificações orçamentárias e fiscais de suas empresas estatais em dependentes e não dependentes de forma a convergir para as regras previstas na Constituição, na Lei de Responsabilidade Fiscal e na Resolução do Senado nº 43, de 2001, com vistas a garantir que todas as estatais dependentes estejam incluídas no orçamento do exercício de 2023.

Por último, a Meta 6 trata da disponibilidade de caixa bruta dos recursos não-vinculados do poder executivo. A estimativa para 2021 é que a diferença entre o que sobrou de caixa com as obrigações financeiras seja negativa em R\$ -456 milhões, considerando um cenário conservador.



GOVERNO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SECRETARIA ADJUNTA DO TESOURO E CONTABILIDADE

4.2. Repasses de Cota-Parte de ICMS, IPVA e FPEX aos municípios

O Índice de valores a serem repassados aos municípios é composto em 75% da proporção do Valor Adicionado do ICMS, 50% do IPVA e 10% do FPEX (conforme [Art. 159](#) da Constituição Federal) realizados em seus territórios; 15% em quotas iguais para todos os municípios; 5% na proporção da população do município

em relação ao Estado e 5% na proporção da área territorial do município relativa à do estado. Os valores dos repasses são divulgados mensalmente pela Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ-MA).

Município	Coefficiente de Repasse	Valor do Repasse Acumulado 5º Bim 2021
ACAILANDIA	3,35	55.275.811,71
AFONSO CUNHA	0,09	1.405.993,40
AGUA DOCE DO MARANHÃO	0,09	1.503.934,27
ALCANTARA	0,13	2.120.663,70
ALDEIAS ALTAS	0,19	3.200.803,53
ALTAMIRA DO MARANHÃO	0,11	1.781.259,89
ALTO ALEGRE DO MARANHÃO	0,18	3.027.196,85
ALTO ALEGRE DO PINDARE	0,16	2.589.243,48
ALTO PARNAIBA	0,70	11.524.939,12
AMAPA DO MARANHÃO	0,08	1.399.135,28
AMARANTE DO MARANHÃO	0,35	5.824.612,93
ANAJATUBA	0,13	2.127.250,46
ANAPURUS	0,19	3.087.930,42
APICUM ACU	0,10	1.636.722,07
ARAGUANA	0,10	1.626.672,20
ARAIOSES	0,16	2.629.684,76
ARAME	0,21	3.466.315,36
ARARI	0,17	2.851.152,29
AXIXA	0,09	1.506.643,64
BACABAL	1,05	17.292.452,21
BACABEIRA	0,35	5.703.066,42
BACURI	0,10	1.707.174,50
BACURITUBA	0,08	1.261.809,00
BALSAS	3,98	65.691.764,06
BARÃO DE GRAJAU	0,22	3.671.072,03
BARRA DO CORDA	0,50	8.309.973,61
BARREIRINHAS	0,32	5.271.126,74
BELA VISTA DO MARANHÃO	0,10	1.636.054,06
BELAGUA	0,08	1.321.729,10
BENEDITO LEITE	0,11	1.821.175,49
BEQUIMÃO	0,12	2.005.951,19
BERNARDO DO MEARIM	0,08	1.361.644,33
BOA VISTA DO GURUPI	0,09	1.492.004,09
BOM JARDIM	0,43	7.070.819,07
BOM JESUS DAS SELVAS	0,34	5.592.928,35
BOM LUGAR	0,12	1.933.196,33
BREJO	0,26	4.340.788,97
BREJO DE AREIA	0,09	1.568.419,99
BURITI	0,17	2.856.006,60
BURITI BRAVO	0,15	2.435.698,91
BURITICUPU	0,55	9.009.796,49
BURITIRANA	0,12	1.970.029,11
CACHOEIRA GRANDE	0,08	1.403.338,67
CAJAPÍO	0,09	1.416.290,61
CAJARI	0,10	1.622.979,69
CAMPESTRE DO MARANHÃO	0,31	5.050.381,64
CANDIDO MENDES	0,12	1.960.933,54
CANTANHEDE	0,12	1.973.181,56
CAPINZAL DO NORTE	0,19	3.190.802,61
CAROLINA	0,48	7.871.916,58
CARUTAPERA	0,16	2.640.812,45
CAXIAS	1,60	26.412.671,34
CEDRAL	0,08	1.393.210,87
CENTRAL DO MARANHÃO	0,08	1.298.862,77
CENTRO DO GUILHERME	0,10	1.720.845,57
CENTRO NOVO DO MARANHÃO	0,23	3.803.845,36
CHAPADINHA	0,45	7.401.551,88
CIDELANDIA	0,19	3.201.005,53
CODO	0,77	12.723.878,18
COELHO NETO	0,25	4.171.472,95
COLINAS	0,27	4.383.542,87
CONCEICÃO DO LAGO ACU	0,11	1.774.021,36
COROATA	0,28	4.555.021,90
CURURUPU	0,15	2.511.267,89
DAVINÓPOLIS	0,64	10.499.047,27
DOM PEDRO	0,20	3.322.582,14



GOVERNO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SECRETARIA ADJUNTA DO TESOUREIRO E CONTABILIDADE

Município	Coefficiente de Repasse	Valor do Repasse Acumulado 5º Bim 2021
DUQUE BACELAR	0,09	1.407.585,69
ESPERANTINOPOLIS	0,13	2.173.666,03
ESTREITO	1,06	17.440.777,13
FEIRA NOVA DO MARANHÃO	0,11	1.854.314,40
FERNANDO FALCAO	0,18	3.034.988,88
FORMOSA DA SERRA NEGRA	0,20	3.357.078,01
FORTALEZA DOS NOGUEIRAS	0,21	3.544.162,07
FORTUNA	0,11	1.882.085,88
GODOFREDO VIANA	0,39	6.464.869,29
GONCALVES DIAS	0,13	2.087.393,62
GOVERNADOR ARCHER	0,09	1.538.084,78
GOVERNADOR EDSON LOBAO	0,25	4.064.890,23
GOVERNADOR EUGENIO BARROS	0,12	1.935.863,86
GOVERNADOR LUIZ ROCHA	0,09	1.528.134,22
GOVERNADOR NEWTON BELLO	0,13	2.089.458,05
GOVERNADOR NUNES FREIRE	0,16	2.652.741,74
GRACA ARANHA	0,09	1.405.082,37
GRAJAU	0,86	14.214.752,22
GUIMARAES	0,09	1.501.941,95
HUMBERTO DE CAMPOS	0,14	2.253.347,22
ICATU	0,11	1.864.958,66
IGARAPE DO MEIO	0,19	3.195.692,16
IGARAPE GRANDE	0,12	2.010.711,25
IMPERATRIZ	8,32	137.401.945,44
ITAIPAVA DO GRAJAU	0,11	1.765.230,46
ITAPECURU MIRIM	0,45	7.445.246,26
ITINGA DO MARANHÃO	0,44	7.338.212,10
JATOBA	0,09	1.514.704,12
JENIPAPO DOS VIEIRAS	0,12	2.045.587,95
JOAO LISBOA	0,24	3.964.346,38
JOSELANDIA	0,11	1.770.346,06
JUNCO DO MARANHÃO	0,08	1.393.180,27
LAGO DA PEDRA	0,30	4.936.015,90
LAGO DO JUNCO	0,10	1.646.430,52
LAGO DOS RODRIGUES	0,09	1.568.993,64
LAGO VERDE	0,12	2.055.666,15
LAGOA DO MATO	0,11	1.764.287,56
LAGOA GRANDE DO MARANHÃO	0,11	1.787.709,31
LAJEADO NOVO	0,11	1.860.842,41
LIMA CAMPOS	0,26	4.219.048,05
LORETO	0,40	6.664.741,07
LUIS DOMINGUES	0,08	1.334.059,79
MAGALHAES DE ALMEIDA	0,12	2.030.671,65
MARACACUME	0,16	2.599.891,09
MARAJA DO SENA	0,11	1.756.129,39
MARANHÃOZINHO	0,11	1.874.336,49
MATA ROMA	0,16	2.714.909,00
MATINHA	0,13	2.210.962,75
MATOES	0,16	2.655.124,23
MATOES DO NORTE	0,10	1.572.101,06
MILAGRES DO MARANHÃO	0,09	1.481.136,19
MIRADOR	0,28	4.674.144,42
MIRANDA DO NORTE	0,73	11.984.183,50
MIRINZAL	0,11	1.868.595,06
MONCAO	0,14	2.265.102,65
MONTES ALTOS	0,13	2.153.644,37
MORROS	0,13	2.069.615,72
NINA RODRIGUES	0,09	1.461.148,57
NOVA COLINAS	0,11	1.899.423,41
NOVA IORQUE	0,11	1.896.028,13
NOVA OLINDA DO MARANHÃO	0,15	2.438.186,49
OLHO D'ÁGUA DAS CUNHAS	0,20	3.294.186,52
OLINDA NOVA DO MARANHÃO	0,09	1.558.375,23
PACO DO LUMIAR	0,68	11.204.910,98
PALMEIRANDIA	0,10	1.704.401,72
PARAIBANO	0,14	2.393.263,36
PARNARAMA	0,28	4.563.014,68
PASSAGEM FRANCA	0,13	2.225.556,55
PASTOS BONS	0,18	2.954.023,22
PAULINO NEVES	0,48	7.902.912,51
PAULO RAMOS	0,18	2.938.098,75
PEDREIRAS	0,38	6.301.198,54
PEDRO DO ROSARIO	0,12	2.044.756,28
PENALVA	0,14	2.371.376,09
PERI MIRIM	0,09	1.545.031,45
PERITORO	0,17	2.860.156,88
PINDARE MIRIM	0,17	2.881.578,70
PINHEIRO	0,52	8.529.248,54
PIO XII	0,15	2.441.990,29
PIRAPEMAS	0,11	1.755.505,69
POCAO DE PEDRAS	0,13	2.147.053,64
PORTO FRANCO	0,72	11.920.021,96
PORTO RICO DO MARANHÃO	0,08	1.256.631,25



GOVERNO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SECRETARIA ADJUNTA DO TESOURO E CONTABILIDADE

Município	Coefficiente de Repasse	Valor do Repasse Acumulado 5º Bim 2021
PRESIDENTE DUTRA	0,43	7.075.705,28
PRESIDENTE JUSCELINO	0,08	1.398.813,94
PRESIDENTE MEDICI	0,09	1.427.011,20
PRESIDENTE SARNEY	0,10	1.618.235,23
PRESIDENTE VARGAS	0,08	1.399.745,55
PRIMEIRA CRUZ	0,10	1.591.686,56
RAPOSA	0,21	3.494.504,79
RIACHAO	0,58	9.595.508,51
RIBAMAR FIQUENE	0,12	1.988.664,14
ROSARIO	0,25	4.192.740,11
SAMBAIBA	0,45	7.510.687,55
SANTA FILOMENA DO MARANHÃO	0,09	1.413.760,70
SANTA HELENA	0,19	3.119.978,39
SANTA INES	0,89	14.654.792,99
SANTA LUZIA	0,48	7.951.792,14
SANTA LUZIA DO PARUA	0,18	3.055.199,30
SANTA QUITERIA DO MARANHÃO	0,15	2.437.409,20
SANTA RITA	0,21	3.406.249,66
SANTANA DO MARANHÃO	0,09	1.506.520,92
SANTO AMARO DO MARANHÃO	0,10	1.691.946,33
SANTO ANTONIO DOS LOPES	2,19	36.241.372,23
SAO BENEDITO DO RIO PRETO	0,12	1.910.633,91
SAO BENTO	0,17	2.813.315,32
SAO BERNARDO	0,19	3.191.972,89
SAO DOMINGOS DO AZEITAO	0,32	5.218.532,45
SAO DOMINGOS DO MARANHÃO	0,24	3.996.668,67
SAO FELIX DE BALSAS	0,13	2.098.409,60
SAO FRANCISCO DO BREJAO	0,14	2.315.278,28
SAO FRANCISCO DO MARANHÃO	0,11	1.857.331,56
SAO JOAO BATISTA	0,11	1.771.815,21
SAO JOAO DO CARU	0,11	1.811.670,56
SAO JOAO DO PARAISO	0,18	2.943.749,84
SAO JOAO DO SOTER	0,11	1.791.855,25
SAO JOAO DOS PATOS	0,21	3.465.801,93
SAO JOSE DE RIBAMAR	1,33	21.927.510,65
SAO JOSE DOS BASILIOS	0,08	1.359.320,03
SAO LUIS	33,68	556.423.997,39
SAO LUIZ GONZAGA DO MARANHÃO	0,14	2.384.091,58
SAO MATEUS DO MARANHÃO	0,23	3.720.941,86
SAO PEDRO DAGUA BRANCA	0,17	2.769.193,25
SAO PEDRO DOS CRENTES	0,12	1.929.821,59
SAO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS	0,60	9.949.834,39
SAO RAIMUNDO DO DOCA BEZERRA	0,08	1.312.519,00
SAO ROBERTO DO MARANHÃO	0,08	1.330.257,72
SAO VICENTE DE FERRER	0,11	1.840.458,07
SATUBINHA	0,09	1.496.700,19
SENADOR ALEXANDRE COSTA	0,09	1.535.322,19
SENADOR LA ROCQUE	0,20	3.366.096,41
SERRANO DO MARANHÃO	0,09	1.498.971,16
SITIO NOVO	0,23	3.735.940,37
SUCUPIRA DO NORTE	0,14	2.316.020,85
SUCUPIRA DO RIACHAO	0,08	1.395.870,10
TASSO FRAGOSO	0,94	15.553.569,51
TIMBIRAS	0,13	2.207.324,63
TIMON	1,25	20.618.410,08
TRIZIDELA DO VALE	0,40	6.531.284,18
TUFILANDIA	0,08	1.356.647,46
TUNTUM	0,25	4.055.097,20
TURIACU	0,15	2.536.077,02
TURILANDIA	0,12	2.047.910,34
TUTOIA	0,25	4.166.606,12
URBANO SANTOS	0,19	3.064.932,62
VARGEM GRANDE	0,21	3.479.574,52
VIANA	0,25	4.052.021,09
VILA NOVA DOS MARTIRIOS	0,18	3.055.319,84
VITORIA DO MEARIM	0,18	2.892.671,14
VITORINO FREIRE	0,22	3.643.607,59
ZE DOCA	0,37	6.159.522,00
TOTAL	100	1.652.264.713,72

